

SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION
Washington, D.C. 20549

FORMULÁRIO 6-K

RELATÓRIO DE EMISSOR PRIVADO ESTRANGEIRO
DE ACORDO COM A REGRA 13a-16 OU 15d-16 DO
SECURITIES EXCHANGE ACT DE 1934

Para o mês de Novembro de 2001

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS—CEMIG

(Denominação exata da Registrante conforme Consta em Seu Estatuto Social)

Energy Company of Minas Gerais

(Tradução para o Inglês da Denominação da Registrante)

Avenida Barbacena, 1200
30190-131 Belo Horizonte, Minas Gerais, Brazil

(Endereço da sede)

Indique se o registrante arquiva ou irá arquivar o relatório anual sob a forma de Formulário 20-F ou Formulário 40-F

Formulário	X	Formulário	
20-F	<u> </u>	40-F	<u> </u>

Indique se o Registrante pelas informações contidas nesse Formulário está também através desse fornecendo as informações para a Comissão de acordo com a Regra 12g3-2(b) sob o Securities Exchange Act de 1934.

Sim	<u> </u>	Não	<u> X </u>
-----	-------------------	-----	--------------

Se for marcado "Sim" indique abaixo o número atribuído ao registrante de acordo com a Regra 12g3-2(b):
N/A

Esse Formulário 6-K contém 81 páginas, incluindo os anexos. Veja índice de anexos na página 3.

ASSINATURAS

De Acordo com os requisitos do Securities Exchange Act de 1934, a registrante tem esse relatório devidamente elaborado, a ser emitido em seu nome, pelo infra-assinado, para isso devidamente autorizado.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS
GERAIS – CEMIG

Por: /s/ Cristiano Corrêa de Barros
Nome: Cristiano Corrêa de Barros
Cargo: Diretor Financeiro e de Participações

Data: 20 de novembro de 2001

ÍNDICE DOS ANEXOS

<u>Anexo</u>	<u>Descrição do Anexo</u>	Páginas numeradas seqüencialme nte
1.	Demonstrações financeiras não auditadas para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2001, preparadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, em Reais	4
2.	Discussão e análise pela administração do resultado das operações apurado de acordo com a Legislação Societária Brasileira, para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2001, comparado com o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2000, em Reais	35
3.	Demonstrações financeiras não auditadas para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2001, preparadas de acordo com os princípios contábeis norte-americanos, em Reais	44
4.	Discussão e análise pela administração do resultado das operações apurado de acordo com os princípios contábeis norte-americanos, para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2001, comparado com o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2000, em Reais	77

Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG

Relatório Financeiro – Preparado de Acordo com os Princípios Contábeis Emanados da Legislação Societária Brasileira

30 de setembro de 2001 e 31 de dezembro de 2000

(Tradução livre do original emitido na língua inglesa)

01 de novembro de 2001

Relatório sobre Revisão Especial dos Auditores Independentes

(Tradução livre do original emitido na língua inglesa - vide nota 2 ao relatório financeiro anexo)

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG:

(1) Efetuamos uma revisão especial do relatório financeiro anexo da COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG ("Companhia"), uma sociedade anônima brasileira, compreendendo o balanço patrimonial consolidado em 30 de setembro de 2001, a demonstração do resultado consolidada e as respectivas notas explicativas para o período de nove meses findo naquela data.

(2) Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, de: (a) indagação e discussão com a gerência responsável pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia, quanto aos principais critérios adotados na elaboração dos relatórios financeiros; e (b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e o resultado das operações da Companhia.

(3) As práticas contábeis utilizadas pela Companhia na preparação de seus relatórios financeiros estão de acordo com aquelas emanadas da Legislação Societária Brasileira; no entanto, algumas destas práticas contábeis podem não estar de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América do Norte.

(4) Conforme mencionado na Nota Explicativa 20 ao relatório financeiro, devido às incertezas relacionadas com a aplicação das regras de mercado para determinação de valores a serem utilizados para comercialização de energia no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, a Companhia considera não dispor de bases suficientes e confiáveis para estimar os montantes a serem consignados em suas demonstrações contábeis correspondentes à energia comercializada no período entre 1º de maio e 30 de setembro de 2001. Referidos registros deverão ser efetuados quando da conclusão das discussões ora em curso sobre as regras de mercado aplicáveis e divulgação das informações pela Administradora de Servi@os do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - ASMAE.

(5) Baseados em nossa revisão especial, exceto pelo efeito decorrente do assunto comentado no parágrafo (4) acima, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita no relatório financeiro referido no parágrafo (1) acima, para que o mesmo esteja de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, especificamente aplicáveis à elaboração de informações trimestrais.

(6) Conforme mencionado na Nota Explicativa 4 ao relatório financeiro, a Administração da Companhia vem mantendo entendimentos junto ao Governo do Estado de Minas Gerais no sentido de equacionar as parcelas em atraso do contrato de repasse de direitos da Contra de Resultados a Compensar - CRC, e entende que o desfecho das negociações em curso não irá produzir perdas para a Companhia.

(7) Conforme descrito na Nota Explicativa 14 ao relatório financeiro, a Companhia antecipou a adoção, para 1º de janeiro de 2001, das normas de contabilização das obrigações com benefícios pós-emprego de suplementação de aposentadoria e pensões, seguro de vida e plano de saúde, em conformidade a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000.

(8) A demonstração individual do resultado para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2000, apresentada para fins comparativos, foi por nós revisada, de acordo com o escopo descrito no parágrafo (2) acima, conforme relatório sobre revisão especial, sem ressalva, emitido em 27 de outubro de 2000. O balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2000, também apresentado para fins comparativos, foi por nós auditado, conforme parecer, sem ressalva, emitido em 27 de março de 2001.

(9) Conforme discutido na Nota Explicativa 2 ao relatório financeiro, o presente relatório de revisão especial e o respectivo relatório financeiro são uma tradução e adaptação daqueles emitidos originalmente em inglês e das informações trimestrais da Companhia em 30 de setembro de 2001 preparadas para envio à Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Belo Horizonte, 01 de novembro de 2001.

ARTHUR ANDERSEN S/C

José Carlos Amadi
Sócio-Diretor Responsável

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG
 BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2001
 E 31 DE DEZEMBRO DE 2000
 (Expressos em milhões de reais)

(Tradução livre do original emitido na língua inglesa)

A T I V O

	30 de Setembro de 2001	31 de dezembro de 2000
CIRCULANTE:		
Disponibilidades (Nota 6)	531	312
Contas a receber (Nota 7)	518	668
Tributos compensáveis	179	27
Almoxarifado	11	12
Outros	120	72
	1.359	1.091
INVESTIMENTOS (nota 8)	85	16
IMOBILIZADO, LÍQUIDO (Nota 9)	9.267	9.353
DIFERIDO	10	10
	9.277	9.363
OUTROS ATIVOS:		
Títulos e valores mobiliários – Disponível para venda	83	61
Impostos sobre a renda diferidos (Nota 5)	594	
Conta a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (Nota 4)	1.425	1.239
Plano de Racionamento de Energia – Bônus pago a consumidores e custos de adaptações incorridos (Nota 22)	58	-
Outros	124	83
	2.284	1.465
Total do Ativo	13.005	11.935

As notas explicativas anexas são parte integrante destes balanços patrimoniais consolidados.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG
 BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS
 EM 30 DE SETEMBRO DE 2001 E 31 DE DEZEMBRO DE 2000
 (Expressos em milhões de reais)

(Tradução livre do original emitido na língua inglesa)

P A S S I V O

	30 de setembro de 2001	31 de dezembro de 2000
CIRCULANTE:		
Fornecedores	312	246
Salários e contribuições sociais	113	80
Tributos a pagar	127	78
Dividendos e juros sobre capital próprio	4	174
Empréstimos a curto prazo	-	82
Parcela de curto prazo de financiamento a longo prazo (Nota 10)	790	502
Encargos do consumidor a recolher	71	89
Venda antecipada de energia elétrica	68	71
Obrigações com benefícios pós- emprego (Nota 14)	145	-
Provisões para contingências (Nota 12)	131	150
Outros	96	86
	1.857	1.558
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO:		
Financiamentos a longo prazo (Nota 10)	1.413	1.117
Obrigações com benefícios pós- emprego (Nota 14)	1.708	-
Impostos sobre a renda diferidos (Nota 5)	7	16
Provisões para contingências (Nota 12)	149	136
Plano de Racionamento de Energia – Sobretaxa cobrada dos consumidores (Nota 22)	24	-
Venda antecipada de energia elétrica	-	32
Obrigações especiais (Nota 13)	1.378	1.255
Outros	15	1
	4.694	2.557
PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS	3	2
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 15):		
Capital social	1.589	1.589
Reservas de capital	4.116	4.116
Reservas de lucros	889	2.061
Lucros acumulados	(170)	25
Recursos para futuro aumento de capital	27	27
	6.451	7.818
Total do passivo	13.005	11.935

=====

=====

As notas explicativas anexas são parte integrante destes balanços patrimoniais consolidados.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO PARA O PERÍODO DE NOVE MESES
FINDO EM

30 DE SETEMBRO DE 2001 E DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DO RESULTADO PARA O
PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2000 (Nota 3)

(Expressos em milhões de reais, exceto quantidade de ações e valores por ação)
(Tradução livre do original emitido na língua inglesa)

	Nove meses findos em 30 de setembro	
	2001	2000
RECEITAS OPERACIONAIS (Nota 16):		
Fornecimento de energia elétrica para consumidores finais	3.487	3.267
Impostos sobre o valor adicionado sobre o fornecimento para consumidores finais – ICMS	(747)	(698)
Fornecimento de energia elétrica para o sistema interligado	56	127
Uso de rede básica de transmissão	114	104
Outras receitas operacionais	100	33
Receitas operacionais líquidas	3.010	2.833
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS:		
Eletricidade adquirida para revenda (Nota 17)	(815)	(602)
Gás adquirido para revenda	(53)	-
Uso de rede básica de transmissão	(205)	(179)
Depreciação e amortização	(384)	(361)
Pessoal	(405)	(341)
Encargos do consumidor (Nota 17)	(360)	(317)
Serviços de terceiros	(167)	(135)
Outros impostos	(136)	(128)
Custo de benefícios pós-emprego	(7)	(111)
Materiais e suprimentos	(48)	(49)
Resultado da equivalência patrimonial	-	(1)
Outros (Nota 17)	(103)	(90)
Total de custos e despesas operacionais	(2.683)	(2.314)
Lucro operacional	327	519
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS):		
Receitas financeiras (Nota 18)	345	113
Despesas financeiras (Nota 18)	(876)	(358)
	(531)	(245)
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	(62)	(42)
PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS	(14)	(11)
(Prejuízo) lucro antes dos impostos	(280)	221
IMPOSTOS SOBRE A RENDA – CRÉDITO		
(DESPESAS) (Nota 5)	85	(83)
REVERSÃO DE JUROS SOBRE	-	187

CAPITAL PRÓPRIO		
(Prejuízo) lucro líquido	----- (195) =====	----- 325 =====
Quantidade ponderada média de ações em circulação (em milhares)	158.931.715 =====	158.931.715 =====
(Prejuízo) lucro básico e diluído por mil ações ordinárias e preferenciais - em reais	(1,23) =====	2,05 =====

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG

NOTAS EXPLICATIVAS DO RELATÓRIO FINANCEIRO CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 30 DE SETEMBRO DE 2001, INCLUINDO INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS PARA OS NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2001 E INFORMAÇÕES INDIVIDUAIS PARA OS NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2000

(Valores expressos em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

(Tradução livre do original emitido na língua inglesa)

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

A Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG” ou a “Companhia”) é uma sociedade de economia mista organizada de acordo com as leis da República Federativa do Brasil e controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais (“Governo do Estado”). As principais atividades da Companhia são a construção e operação de sistemas utilizados na geração, transmissão, distribuição e fornecimento de energia elétrica. A Companhia também executa outras atividades relacionadas à energia elétrica.

Como uma concessionária do serviço público de eletricidade, a Companhia está sujeita às normas estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, uma agência do Governo Federal do Brasil (“Governo Federal”).

A CEMIG possui participação nas seguintes companhias:

- Sá Carvalho S.A. (participação de 100,00%) – Suas principais atividades são a produção e venda de energia elétrica proveniente da usina hidrelétrica de Sá Carvalho. Essa usina foi adquirida da ACESITA em 2000.
- Usina Térmica Ipatinga S.A. (participação de 100,00%) – Suas principais atividades são a produção e venda de energia elétrica proveniente da usina termelétrica de Ipatinga.
- Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG (“GASMIG”) (participação de 95,12%) – Suas principais atividades são a operação, produção, aquisição, armazenamento, transporte e distribuição de gás natural e produtos relacionados. O Governo do Estado concedeu a concessão à GASMIG pelo período de 30 anos, a partir de 1993.
- Empresa de Infovias S.A. (participação de 49,44%) – Suas principais atividades são a prestação de serviços e desenvolvimento de atividades relacionados a telecomunicações através de sistema integrado constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e outros.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINANCEIRO

A regulamentação do mercado aberto de valores mobiliários, vigente no Brasil, requer que empresas abertas, como a CEMIG, enviem à Comissão de Valores Mobiliários – CVM – relatórios financeiros trimestrais elaborados de acordo com as práticas contábeis da Legislação Societária Brasileira, complementado pelas normas contábeis emitidas pela ANEEL e CVM. Estes relatórios incluem o balanço patrimonial, demonstração do resultado, resumo das notas explicativas sobre as demonstrações financeiras e relatório de desempenho do período. As demonstrações da origem e aplicação de recursos e das mutações no patrimônio líquido não são exigidas.

As demonstrações contábeis incluídas no presente relatório são uma tradução do relatório originalmente preparado em inglês, o qual compreende a adaptação das informações trimestrais elaboradas pela CEMIG de acordo com as práticas contábeis da Lei das Sociedades por Ações e as normas da CVM, refletindo determinadas reclassificações e alterações de terminologia e extensão das notas explicativas, aqui apresentadas, de forma a apresentarem o nível de divulgação de informações semelhantes ao requerido pelos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“U.S. GAAP”).

Na preparação das demonstrações contábeis de acordo as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, a Administração é requerida a efetuar estimativas e adotar premissas para o registro de ativos, passivos, receitas e despesas. Portanto, as demonstrações contábeis da Companhia incluem diversas estimativas tais como a determinação da vida útil dos itens do imobilizado, provisões para perdas com contingências, estimativas de obrigações com benefícios pós-emprego e outras estimativas similares. Os valores efetivos podem diferir daqueles estimados.

As práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, aplicadas pela Companhia na elaboração das informações trimestrais, diferem daquelas adotadas nos Estados Unidos da América (U.S. GAAP).

As demonstrações contábeis intercalares incluídas neste relatório foram preparadas pela Companhia e não foram auditadas. Na opinião da Administração, todos os ajustes necessários para uma apresentação adequada estão refletidos nestas demonstrações contábeis intercalares. Tais ajustes têm um caráter normal e recorrente. O resultado das operações para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2001 não é necessariamente indicativo do resultado operacional para o ano inteiro. As demonstrações contábeis intercalares devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis auditadas e as respectivas notas explicativas para o ano findo em 31 de dezembro de 2000.

3. CRITÉRIOS PARA CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos pela Comissão de Valores mobiliários - CVM. Na preparação destas demonstrações, a participação da Companhia no patrimônio líquido das subsidiárias e na Empresa de Infovias S.A e todos os saldos relevantes de ativos, passivos, receitas, custos e despesas e transações relevantes entre as empresas foram eliminados.

Conforme a Instrução da CVM n.º 247/96, a Empresa de Infovias S.A , empresa controlada em conjunto com outros acionistas, é consolidada com base no método de consolidação proporcional, aplicável a cada componente das suas demonstrações contábeis.

A participação dos minoritários no patrimônio líquido positivo das controladas é apresentada separadamente no passivo.

As demonstrações contábeis consolidadas para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2001 inclui as operações da CEMIG, Sá Carvalho S.A., Usina Térmica de Ipatinga S.A. e Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG e Empresa de Infovias S.A. .

A CEMIG não apresentou demonstrações financeiras consolidadas para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2000 devido ao seguinte: (i) as respectivas contribuições da Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG e Empresa de Infovias S.A. para o resultado e posição financeira da CEMIG, durante este período, foram imateriais, e (ii) as subsidiárias Sá Carvalho S.A. e Usina Térmica Ipatinga S.A. só começaram a operar comercialmente no quarto trimestre de 2000.

4. CONTA A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Com a promulgação da Lei n.º 8.631 de 4 de março de 1993, a Companhia contabilizou como valor a receber do Governo Federal o saldo de Resultado a Compensar (CRC), aprovado pela Agência Nacional Reguladora - ANEEL. Em 1993 e 1994, a Companhia recuperou parte do saldo de CRC através da compensação com valores devidos a órgãos do Governo Federal decorrentes de compras de energia e financiamentos.

Em 2 de maio de 1995, o saldo remanescente de R\$867 referente à CRC a receber pela CEMIG do Governo Federal foi transferido para o Governo do Estado, através de um contrato de cessão de crédito. Em conexão com esta cessão de crédito, o Governo do Estado concordou em pagar esta quantia ao longo de 20 anos, com um prazo inicial de carência de três anos, atualizado monetariamente com base na variação da UFIR, acrescida de juros de 6% ao ano. Este crédito está garantido por valores a receber pelo Governo do Estado do Governo Federal.

Devido à extinção da UFIR em outubro de 2000, a CEMIG renegociou e celebrou termo aditivo ao contrato original com o Governo do Estado, alterando o índice de atualização monetária da UFIR para o IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna) , a partir de 1º de Novembro de 2000.

Em 30 de setembro de 2001, o saldo de R\$1.425 inclui R\$337, relativo às 28 parcelas vencidas, referentes aos meses de abril a dezembro de 1999, e de março de 2000 a setembro de 2001 e respectivos encargos, de acordo com contrato de cessão de crédito.

A Administração da Companhia vem mantendo negociações com o Governo do Estado para o recebimento dos valores em atraso. A Companhia acredita que o Governo do Estado liquidará as parcelas em atraso até o final do mandato do atual Governo, assim como estabelecerá um cronograma de pagamentos das parcelas futuras. A Administração não espera perdas na realização desse ativo.

5. IMPOSTOS SOBRE A RENDA

a) Conciliação do imposto sobre a renda

Os impostos incidentes sobre a renda no Brasil incluem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, ambos federais. As alíquotas anuais aplicáveis para os períodos de nove meses ora apresentados são de 25% para imposto de renda federal e 9% para contribuição social.

Os montantes apresentados como créditos (despesas) tributárias nas demonstrações contábeis são conciliados com as alíquotas nominais oficiais como segue:

	Nove meses findos em 30 de setembro	
	200 1	200 0
(Prejuízo) lucro antes dos impostos sobre a renda	(28 0)	220
	==	===
Crédito (despesa) aplicando alíquotas nominais oficiais	95	(75)
Contribuição social – Depreciação	(8)	(8)
Outros	(2)	-
	-----	-----
Crédito (despesa) apresentado no resultado	85	(83)
	==	===

b) Análise dos saldos de impostos diferidos

Os créditos tributários existentes em 30 de setembro de 2001 e em 31 de dezembro de 2000 foram calculados considerando a alíquota nominal oficial de 34%. Os principais componentes dos impostos diferidos no balanço são os seguintes:

	30 de setembro de 2001	31 de dezembro de 2000
Ativos de longo prazo		
Obrigações com benefícios pós-emprego	430	-
Prejuízos fiscais	62	-
Outras diferenças temporais	102	82
	-----	-----
	594	82
	-----	-----
Passivos de longo prazo		
Outras diferenças temporais	(7)	(16)
	-----	-----
	(7)	(16)
	=====	=====

Durante o exercício de 2001, a Companhia retificou a sua declaração de imposto de renda para o ano findo em 31 de dezembro de 1997, pleiteando a dedutibilidade das despesas com obrigações pós-emprego provisionadas nas demonstrações financeiras. Este recálculo resultou na apuração de impostos sobre a renda pagos antecipadamente no valor de R\$200, cujo valor foi reclassificado de imposto sobre a renda diferidos para Tributos compensáveis, classificado como ativo circulante. A Companhia vem realizando a compensação dos créditos com impostos federais a pagar. Em 30 de setembro de 2001, o saldo remanescente era de R\$160, classificado na rubrica de tributos compensáveis.

6. DISPONIBILIDADES

A tabela abaixo apresenta informação acerca das disponibilidades para os períodos indicados:

	30 de setembro de 2001	31 de dezembro de 2000
Caixa e bancos	60	59
Investimentos a curto prazo, principalmente certificados de depósito bancário e fundos de investimento avaliados a valor de mercado	471	253

----- 531 =====	----- 312 =====
-----------------------	-----------------------

7. CONTAS A RECEBER

A tabela abaixo apresenta informação acerca do contas a receber por consumidores para os períodos indicados:

	30 de setembro de 2001	31 de dezembro de 2000
Residencial	191	214
Industrial	161	158
Comercial	70	84
Rural	25	28
Entidades governamentais	67	46
Serviços público	14	46
	-----	-----
Subtotal	528	576
Suprimento	50	143
	-----	-----
	578	719
Provisão para devedores duvidosos	(60)	(51)
	-----	-----
	518	668
	=====	=====

A Companhia possui um saldo a receber, no montante de R\$70, de FURNAS – Centrais Elétricas S.A., referente a venda de energia no mercado atacadista nos períodos de setembro a dezembro de 1999 e janeiro a agosto de 2000, devido substancialmente ao atraso no início das operações da Usina Nuclear de Angra-II. A CEMIG compensou parte de saldo com faturas a pagar de contratos iniciais no montante de R\$68. Está previsto o termino das negociações ainda no exercício de 2001. Os montantes apresentados como Suprimento na tabela acima estão líquidos dos créditos compensados.

8. INVESTIMENTOS

	30 de setembro de 2001	31 de dezembro de 2000
Usinas hidrelétricas a serem transferidas para subsidiária a ser criada pela CEMIG	62	-
Outros investimentos	23	16
	-----	-----
	85	16
	=====	=====

A Companhia transferiu de seu ativo imobilizado para a rubrica de investimentos o montante de R\$62, referente ao valor de mercado das usinas hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba localizadas em Minas Gerais e Salto Voltão e Salto do Passo localizadas em Santa Catarina. Essas usinas serão transferidas , como integralização de capital, para uma subsidiária a ser criada pela CEMIG com o propósito de controlar ativos específicos e investimentos. Essa transferência somente ocorrerá após aprovação pela ANEEL.

9. IMOBILIZADO

A tabela abaixo apresenta o ativo imobilizado:

	30 de setembro de 2001	31 de dezembro de 2000
Em serviço		
Geração -		
Hidrelétrica	5.492	5.572
Termelétrica	220	218
Transmissão	1.010	1.004
Distribuição	6.372	5.991
Administração	262	223
Outros	44	43
	-----	-----
	13.400	13.051
	-----	-----
Depreciação e amortização acumuladas		
Geração	(1.958)	(1.856)
Transmissão	(428)	(405)
Distribuição	(2.317)	(2.143)
Administração	(104)	(88)
Outros	(10)	(8)
	-----	-----
	(4.817)	(4.500)
	-----	-----
Total em serviço	8.583	8.551
	-----	-----
Imobilizações em curso		
Geração	202	114
Transmissão	39	22
Distribuição	307	549
Administração	26	60
Outros	110	57
	-----	-----
Total imobilizações em curso	684	802
	-----	-----
Total	9.267	9.353
	=====	=====

As taxas anuais de depreciação são: de 2% a 8,3% para ativos relacionados à geração, transmissão e distribuição, 10% para móveis e utensílios e 20% para veículos.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composição dos financiamentos estrangeiros da Companhia por moeda e por índice nacional de atualização monetária:

	30 de setembro de 2001	31 de dezembro de 2000
Moeda-		
Dólar norte-americano	1.620	1.017
Marco alemão	25	19
Franco suíço	4	5
Yen japonês	2	2
Unidade de conta (cesta de moedas)	48	44
Outras moedas	8	4
	----- 1.707	----- 1.091
Índices-		
Índice Geral de Preços de Mercado-IGP-M	220	234
Índice Interno da Eletrobrás - FINEL	182	214
Outros	94	80
	----- 496	----- 528
	----- 2.203	----- 1.619
	=====	=====

As taxas de câmbio das principais moedas estrangeiras utilizadas para atualização dos empréstimos e financiamentos da Companhia apresentaram os seguintes aumentos (diminuições) nos períodos indicados, em percentagem:

	Nove meses findos em 30 de setembro	
	2001	2000
Moeda-		
Dólar norte-americano	36,61	3,06
Marco alemão	32,26	(9,70)
Franco suíço	36,12	(4,94)
Yen japonês	30,41	(2,34)
Unidade de conta (cesta de moedas)	35,24	(0,90)

Os principais indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional apresentaram os seguintes aumentos, nos períodos indicados, em percentagem:

	Nove meses findos em 30 de setembro	
	2001	2000
Índices-		
Índice Geral de Preços de Mercado –IGP-M	7,67	8,53
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	1,50	1,66

Os vencimentos dos empréstimos a longo prazo são como segue:

	30 de setembro de 2001	31 de dezembro de 2000
2002	152	270
2003	410	205
2004	271	154
2005	116	93
2006	61	50
2007 e datas posteriores	403	345
	-----	-----
	1.413	1.117
	=====	=====

No exercício de 1996, a CEMIG efetuou captação de recursos no mercado externo, através de emissão de *fixed rates notes*, no montante de US\$150 milhões, sujeitos a encargos de 9,12% por ano, com vencimento previsto para 18 de novembro de 2004. Esses títulos possuem cláusula determinando a possibilidade de resgate antecipado em 18 de novembro de 2001, seja por opção da CEMIG ou dos credores, correspondendo a 98,704% do principal. Estes títulos estão registrados no curto prazo, uma vez que a Companhia acredita que parte substancial deste montante será resgatada pelos investidores em 18 de novembro de 2001.

O Conselho de Administração da CEMIG, em reunião realizada no dia 05 de setembro de 2001, aprovou a emissão de R\$625 milhões em debêntures simples, em duas séries de R\$312,5 milhões, não conversíveis em ações, sem preferência e nem garantia. Os recursos serão aplicados em obras de geração, transmissão e subtransmissão, inclusas no programa de investimentos de 2001 e 2002 da Companhia. A CEMIG espera emitir tais debêntures em novembro de 2001.

11. PROGRAMA DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO

O Programa de Desligamento Voluntário - PDV, implementado pela Companhia no período entre 12 de março e 02 de abril de 2001, e entre 03 e 11 de maio de 2001, contou com a adesão de 580 empregados.

Os incentivos para os empregados que aderiram ao PDV foram de (i) 60 por cento da remuneração mensal para cada ano de serviço na CEMIG, até um limite de 20 anos, e (ii) o pagamento integral dos custos do seguro de vida em grupo e plano de saúde pelo período de 6 meses contados a partir da data de desligamento do empregado.

Os custos com o PDV, no montante estimado de R\$33, foram consignados no resultado do exercício, sendo que o desligamento dos empregados, iniciado em 02 de maio de 2001, será concluído até março de 2002. Em 30 de setembro de 2001, o saldo remanescente de provisão é de R\$12, incluída na conta de Salários e contribuições sociais.

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A CEMIG é parte em processos judiciais e administrativos no Brasil em razão do curso normal de suas atividades. As informações referentes às provisões e aos processos fiscais e outros são as seguintes:

	30 de setembro de 2001	31 de dezembro de 2000
Reclamações trabalhistas	49	55
Reclamações cíveis – Consumidores	72	68
Contribuição social	112	132
Outros	47	31
	-----	-----
	280	286
	=====	=====
Curto prazo	131	150
Longo prazo	149	136

(a) Reclamações trabalhistas

As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a horas extras e insalubridade. O valor total estimado dessas reclamações é R\$61 e R\$69 em 30 de setembro de 2001 e 31 de dezembro de 2000, respectivamente. A Companhia constituiu provisão para tais contingências no montante de R\$49 e R\$55 em 30 de setembro de 2001 e 31 de dezembro de 2000, respectivamente. A Companhia efetuou uma reversão de provisão no montante de R\$6 para o semestre findo em 30 de setembro de 2001 (constituição de provisão no montante de R\$4 para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2000). A CEMIG estima os valores a serem provisionados com base na opinião de seus assessores legais, na natureza dos grupos de questionamentos e em decisões judiciais recentes.

A Companhia está defendendo em conjunto com a Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ (“FORLUZ”), uma reclamação do sindicato dos seus empregados (“Sindieletro”) contestando a suspensão dos aumentos das contribuições mandatárias para o fundo de pensão, devido à inflação. O valor total envolvido nessa reclamação é de R\$523. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa reclamação, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e conseqüentemente, não são esperadas perdas relativas a essa ação.

O sindicato dos empregados da Companhia está processando a FORLUZ contestando a substituição do indexador atuarial do fundo de pensão. O total dessa reclamação é de R\$226. Caso o Sindieletro obtenha êxito neste processo, a Companhia espera que a FORLUZ pleiteie o reembolso por parte da CEMIG dos montantes a pagar para os empregados aposentados. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa reclamação, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e conseqüentemente, não são esperadas perdas relativas a essa ação.

(b) Reclamações cíveis - Consumidores

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a Companhia objetivando reembolso para as quantias pagas à CEMIG decorrente do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal, “Plano Cruzado”, em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano. A CEMIG estima os valores a serem provisionados com base nos valores faturados passíveis de questionamento e com base em decisões judiciais recentes.

O valor total de exposição da Companhia nessa matéria é, aproximadamente, R\$72 e R\$68, integralmente provisionada em 30 de setembro de 2001 e 31 de dezembro de 2000, respectivamente.

(c) Contribuição social

A Companhia vem deduzindo as quantias de depreciação, amortização e baixas da correção monetária complementar do imobilizado para fins de cálculo da contribuição social. Esta dedução está sujeita a questionamentos pelas autoridades fiscais. A Companhia estima que o montante referente a tal questão é de aproximadamente R\$112 e R\$132, totalmente provisionados em 30 de setembro de 2001 e 31 de dezembro de 2000, respectivamente.

(d) Outros

Outros passivos provisionados referem-se a questionamentos envolvendo o Governo Federal, sobre a discussão da constitucionalidade de certos tributos federais e outras reclamações consideradas relativas ao curso normal das operações.

Para aqueles processos, cujos desfechos desfavoráveis são considerados prováveis, a Companhia constituiu provisões integrais para perdas.

(e) COFINS

A Companhia iniciou questionamentos com relação ao pagamento da COFINS em 1992. Devido à sentença judicial desfavorável, a Companhia pagou, em 30 de junho de 1999, o montante de R\$240. O Governo Federal está alegando que a Companhia deve aproximadamente R\$111 referente a multas e juros pelo não pagamento da COFINS. A Companhia está contestando tal reclamação. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e conseqüentemente, não são esperadas perdas relativas a essa ação.

(f) Atos da Agência Reguladora

A ANEEL impetrou ação administrativa contra a CEMIG afirmando que a Companhia deve R\$154, a valores originais sem atualização monetária, ao Governo Federal, em decorrência de um erro no cálculo de créditos de CRC que foram previamente utilizados para reduzir as quantias devidas ao Governo Federal. Em 8 de agosto de 2001, a ANEEL determinou que a CEMIG pagasse o referido montante, acrescido de encargos financeiros desde 1º de janeiro de 1997, calculados com base na variação da SELIC. A Companhia, suportada por seus assessores legais, acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e portanto não constituiu provisão para esta ação.

A Companhia acredita que qualquer perda em excesso aos montantes provisionados em relação às contingências não afetará de forma material o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

13. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

	30 de setembro de 2001	31 de dezembro de 2000
Contribuições dos consumidores	1.367	1.245
Juros do governo	7	7
Outros	4	3
	-----	-----
	1.378	1.255
	=====	=====

As contribuições dos consumidores são recursos recebidos e utilizados em projetos para atender a determinadas solicitações do consumidor para fornecimento de energia elétrica. Tais projetos são contabilizados no Imobilizado.

As contribuições dos consumidores somente se tornam exigíveis quando determinado pela ANEEL.

14. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia patrocina desde 1973 a Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, uma entidade sem fins lucrativos, com a finalidade de fornecer aos seus associados, participantes e seus dependentes rendimentos para complementação da aposentadoria, conforme o plano de aposentadoria ao qual estejam vinculados.

A FORLUZ oferece a seus associados os seguintes planos de aposentadoria complementar:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários - Um plano de contribuição definida para aposentadoria por tempo normal e um plano de benefícios de invalidez e morte dos participantes

ativos. A contribuição da Companhia é paritária às contribuições básicas mensais dos associados, sendo o único plano disponível para novas adesões de participantes.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários - Inclui todos os participantes favorecidos que optaram por este plano e os saldos, na data da opção, dos participantes ativos que optaram pela migração do Plano de Benefícios Definidos para o Plano Misto descrito acima.

Plano de Benefício Definido - Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, no qual o benefício oferecido pela previdência social oficial é complementado em relação ao tempo de serviço na Companhia.

Além destes planos fornecidos pela FORLUZ, a Companhia paga parte do prêmio do seguro de vida e despesas do plano de saúde para seus aposentados.

A Companhia, de acordo com a Resolução da CVM n.º 371 de 13 de dezembro de 2000, reconheceu passivos por benefícios pós-emprego, inclusive complementação de aposentadoria, seguro de vida e planos de saúde, em vigor, em 1º de janeiro de 2001. Ajustes ao passivo atuarial, líquido do imposto de renda e contribuição social, foram reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido como Ajuste de Exercícios Anteriores.

Os efeitos resultantes deste reconhecimento em 1º de janeiro de 2001 são:

ATIVO	
Circulante	
Tributos a recuperar	161
	<u>Realizável a longo prazo</u>
Créditos fiscais	417

	578
PASSIVO	
Circulante	
Tributos a recolher	(49)
Entidade de previdência privada – Dívida	136

	87
Exigível a longo prazo	
Entidade de previdência privada – Dívida	1.187
Outros – Obrigações pós-emprego	485
Outros – Imposto de renda diferido	(9)

	1.663
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	

Reserva de lucros – Retenção de lucros	(1.172)
	=====

As alterações efetuadas no passivo líquido nos nove primeiros meses de 2001 são:

Plano de	Outras
----------	--------

	<u>aposentadoria</u>	<u>obrigações pós-emprego</u>
Passivo líquido em 1º de janeiro de 2001	1.397	411
Custos com aposentadoria	107	43
Contribuições pagas	(102)	(3)
	-----	-----
Passivo líquido em 30 de setembro de 2001	1.402	451
	=====	=====

Conforme o método contábil usado anteriormente pela Companhia para registrar as obrigações pós-emprego, as contribuições pagas eram consideradas como despesa na demonstração do resultado, segundo o regime de caixa, totalizando R\$105 para o período findo em 30 de setembro de 2001. De acordo com o novo método contábil adotado em 1º de janeiro de 2001, os encargos financeiros da dívida com a FORLUZ e a variação atuarial das obrigações pós-emprego foram reconhecidas no montante de R\$150. O efeito na demonstração do resultado para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2001, devido a alteração no método de contabilização foi de R\$30, correspondendo a um aumento nas despesas de R\$45 e créditos fiscais de R\$15.

A insuficiência nas reservas atuariais da FORLUZ, reconhecida como obrigações a pagar pela Companhia em 30 de setembro de 2001 monta em R\$1.387. Estas obrigações estão sendo amortizadas em parcelas mensais, até 2024, calculadas segundo o método de parcelas fixas, sujeitas à atualização anual pelo IGP-DI e juros de 6% ao ano. Os encargos financeiros da dívida, no valor de R\$166, estão contabilizados como despesas financeiras na demonstração do resultado para os nove primeiros meses findos em 30 de setembro de 2001.

As obrigações pós-emprego incluem R\$15 de reservas atuariais insuficientes na FORLUZ.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Modificações no patrimônio líquido:

Saldo em 31 de dezembro de 2000	7.818
Prejuízo líquido do período	(195)
Ajuste de exercícios anteriores	(1.172)

Saldo em 30 de setembro de 2001	6.451
	=====

O ajuste de exercícios anteriores refere-se a alterações no método de contabilização de obrigações pós-emprego, conforme descrito na Nota 14 e respectivos efeitos fiscais, em conformidade com a Resolução da CVM n.º 371, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2001.

16. RECEITAS OPERACIONAIS

Segue abaixo a composição das receitas operacionais por tipo de receita:

	Nove meses findos em 30 de setembro	
	2001	2000
Fornecimento de energia elétrica para Consumidores finais	3.487	3.267
Imposto sobre o valor adicionado sobre fornecimento para consumidores finais	(747)	(698)
Fornecimento de energia elétrica para o sistema interconectado	56	127
Uso de rede básica de transmissão	114	104
Fornecimento de gás	72	-
Serviços prestados	18	28
Outros	10	5
	-----	-----
	3.010	2.833
	=====	=====

Segue abaixo a composição da energia elétrica vendida por classe de consumidor:

	Nove meses findos em 30 de setembro			
	GWh		R\$	
	2001	2000	2001	2000
Residencial	5.099	5.653	1.254	1.199
Industrial	16.416	16.535	1.384	1.218
Comercial	2.532	2.645	512	460
Rural	1.235	1.228	158	138
Entidades governamentais	1.076	1.092	152	135
Serviços públicos	657	706	82	77
Consumo próprio	39	46	-	-
Não faturado, líquido	-	-	(55)	40
	-----	-----	-----	-----
	27.054	27.905	3.487	3.267
Suprimento	487	4.144	56	127
	-----	-----	-----	-----
Total	27.541	32.049	3.543	3.394
	=====	=====	=====	=====
Número de clientes	5.342.723	5.085.611		
	=====	=====		

17. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais são demonstrados da seguinte forma:

(a) Eletricidade adquirida para revenda

	Nove meses findos em 30 de setembro	
	2001	2000
De Furnas (ITAIPU)	717	523
De outros	98	79
	-----	-----
	815	602
	=====	=====

(b) Encargos do consumidor

	Nove meses findos em 30 de setembro	
	2001	2000
Quota de reserva global de reversão – RGR	78	76
Quota de conta de consumo de combustível – CCC	244	205
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	28	28
Taxa de inspeção da ANEEL	10	8
	-----	-----
	360	317
	=====	=====

(c) Outros

	Nove meses findos em 30 de setembro	
	2001	2000
Seguro	8	11
Indenização trabalhista	5	8
Consumo – Energia elétrica	7	7
Doações	9	10
Provisões para contingências		
Reclamações trabalhistas	(6)	4
Reclamações cíveis – Consumidores	4	2
Reclamações cíveis – Outros	16	2
Provisão para devedores duvidosos	16	7
Aluguéis	9	7
Publicidade	20	15
Despesas gerais	15	17
	-----	-----
	103	90
	=====	=====

18. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS

As outras receitas e despesas são demonstradas a seguir:

	Nove meses findos em 30 de setembro	
	2001	2000
Receitas financeiras-		
Juros sobre conta a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (Nota 4)	186	59
Receitas de aplicações financeiras	63	28
Juros de mora sobre contas a receber vencidas, registrados em regime de caixa	34	22
Renegociação de dívida de consumidor industrial	12	-
Atualização monetária de tributos compensados	17	-
Receita com variação cambial	26	2
Outros	7	2
	-----	-----
	345	113
	=====	=====
Despesas financeiras-		
Juros sobre capital próprio	-	(187)
Encargos de dívidas	(137)	(106)
Contribuição provisória sobre movimentações financeiras - CPMF	(17)	(10)
Juros e multas sobre tributos	(11)	(15)
Despesas com variação cambial	(510)	(30)
Encargos financeiros - Dívida com a FORLUZ	(59)	-
Atualização monetária - Dívida com a FORLUZ	(107)	-
Despesas com variação monetária	(17)	(17)
Outras despesas	(18)	7
	-----	-----
	(876)	(358)
	=====	=====

As despesas com variação cambial para os períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2001 e 2000 decorreram principalmente da desvalorização do real frente ao dólar norte-americano. Vide Nota 10 sobre a composição da dívida em moeda estrangeira e variação das moedas para os períodos apresentados.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Exceto pelas disponibilidades, que estão registradas pelo custo acrescido de juros e em montantes próximos ao valor de mercado, o valor registrado pela CEMIG relativo a outros instrumentos financeiros, apresentados em reais, aproximam-se a valores justos naquelas datas, refletindo o vencimento a curto prazo ou valores negociáveis, destes instrumentos, em 30 de setembro de 2001 e 31 de dezembro de 2000 destes instrumentos.

Baseado nas taxas de juros contratadas pela CEMIG para empréstimos bancários com prazos de vencimento similares, o valor justo para financiamentos a longo prazo em 30 de setembro de 2001 e 31 de dezembro de 2000 aproxima-se do valor contábil. Os Eurobônus tem valor de mercado de 98,63% (aproximadamente R\$395) e 98,75% (aproximadamente R\$289) do seu valor nominal em 30 de setembro de 2001 e 31 de dezembro de 2000, respectivamente.

A Companhia gerencia seus instrumentos financeiros através de monitoramento periódico de suas posições, diversificação de instituições e estabelecimento de limites de investimentos em cada uma das instituições.

Os instrumentos financeiros que sujeitam a CEMIG a risco de concentração de crédito são as disponibilidades, depósitos temporários e outras contas a receber. A CEMIG limita seu risco de crédito associado com as disponibilidades e depósitos temporários investindo em aplicações financeiras de curtíssimo prazo em instituições de primeira linha. O risco de crédito associado ao contas a receber de consumidores residenciais é limitado pelas políticas próprias de corte de fornecimento para clientes em atraso. Com relação a grandes consumidores industriais e comerciais o risco de crédito é mitigado pela análise de crédito dos clientes e, para casos específicos, com a obtenção de garantias ou aval para as contas não pagas.

20. CONTABILIZAÇÃO DE ENERGIA COMERCIALIZADA NO MAE

O Conselho do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – COMAE (“COMAE”), estabeleceu um cronograma para conclusão e divulgação da comercialização de energia elétrica no Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE (“MAE”) pela Administradora de Serviços do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – ASMAE (“ASMAE”), conforme segue:

<u>Período da comercialização</u>	<u>Conclusão e divulgação</u>
Setembro/2000 a abril/2001	Até o dia 15 de outubro de 2001
Maio/2001 e junho/2001	Até o dia 31 de outubro de 2001
Julho/2001 e agosto/2001	Até o dia 15 de novembro de 2001
Setembro/2001 e outubro/2001	Até o dia 30 de novembro de 2001
Novembro/2001	Até o dia 31 de dezembro de 2001

Com base nas informações divulgadas pela ASMAE, no dia 15 de outubro de 2001, a CEMIG procedeu ao registro contábil da energia comercializada no mercado atacadista, referente ao período de setembro de 2000 à abril de 2001, excluindo os valores relacionados aos Encargos de Serviços do Sistema – ESS no montante de R\$57. A CEMIG considera que o sistema operacional de cobrança dos Encargos de Serviço do Sistema está em desacordo com as regras de mercado válidas à época da entrega da energia e interpôs uma notificação extrajudicial, no dia 26 de outubro de 2001, junto à ASMAE e ao COMAE, visando à suspensão da contabilização e liquidação dos referidos encargos.

O efeito líquido devedor, referente às vendas no mercado atacadista, no resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2001, excluindo os créditos tributários e os Encargos de Serviços do Sistema, representaram uma despesa de R\$10, conforme demonstrado abaixo:

- De 1º de setembro a 31 de dezembro de 2000 - a CEMIG registrou uma receita de R\$26, sendo que previamente havia sido provisionada uma receita estimada no exercício de 2000 no montante de R\$38, conforme demonstrativo específico da ANEEL de 05 de março de 2001, gerando um ajuste líquido devedor no resultado do exercício de 2001 no montante de R\$12.
- De 1º de janeiro a 30 de abril de 2001 – A CEMIG registrou uma receita de R\$2 reconhecida no resultado do exercício de 2001.

A CEMIG não registrou a energia transacionada no MAE de 01 de maio a 30 de setembro de 2001. A CEMIG considera não ter informações suficientes para mensurar, em bases confiáveis e precisas, o resultado das operações no MAE no período, considerando as incertezas relacionadas ao

tratamento a ser dado aos contratos iniciais, bem como a aplicação das regras de mercado a serem utilizadas para determinação dos valores a serem utilizados para comercialização de energia durante o período de racionamento. Os registros deverão ser efetuados quando da divulgação das informações pela ASMAE, conforme cronograma acima mencionado.

Adicionalmente, deve ser considerado que o cronograma do COMAE, de divulgação da energia comercializada no MAE, poderá ser revisado em decorrência de liminar impetrada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS (“ELETROBRÁS”) na 16ª Vara Federal do Distrito Federal, em 31 de outubro de 2001, suspendendo a divulgação requerida. A ELETROBRÁS está questionando a contabilização da energia elétrica excedente da produção da Itaipu Binacional no MAE e a conseqüente contabilização e liquidação do referido excedente em favor das empresas concessionárias distribuidoras.

21. DESVERTICALIZAÇÃO

Atualmente, as operações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica da CEMIG são integradas verticalmente e diretamente operadas pela Companhia. Entretanto, em função dos principais contratos de concessão e de acordo com certas alterações nas regulamentações do setor elétrico brasileiro, a CEMIG pretende implementar um processo de reorganização.

Esta reorganização corresponderia a uma “desverticalização” na qual seriam criadas empresas independentes de geração, transmissão e distribuição, sendo todas subsidiárias integrais da CEMIG. Em função do Governo do Estado de Minas Gerais ser o acionista majoritário, o processo de desverticalização deve ser aprovado previamente pela Assembléia Legislativa do Estado. O Governo do Estado de Minas Gerais enviou um projeto de lei para a Assembléia Legislativa, em 02 de março de 2001, propondo a reorganização da CEMIG. Até a presente data, não ocorreu a votação do projeto pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Devido ao processo de desverticalização não ter sido concluído até o final do ano de 2000, a ANEEL multou a CEMIG em R\$4. A CEMIG solicitou formalmente que a ANEEL conceda um prazo adicional para a implementação da reestruturação societária prevista nos seus contratos de concessão. Em 20 de setembro de 2001 a ANEEL deferiu o pedido da CEMIG, concedendo prazo adicional até o dia 21 de setembro de 2002, para que seja concluído o processo de reorganização societária. Em 31 de outubro de 2001 a ANEEL revogou a multa aplicada.

22. PLANO DE RACIONAMENTO DE ENERGIA

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia, divulgou em 18 de maio de 2001 um plano de racionamento de energia elétrica, em vigor desde 1º de junho de 2001, devido ao baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas das regiões sudeste e nordeste do Brasil. O Plano de Racionamento tem como meta a redução de 20% no consumo de energia elétrica, em relação ao consumo médio ocorrido no período de maio a julho de 2000. A implementação do plano de racionamento mencionado impactou substancialmente o resultado da CEMIG em 2001.

O Governo Federal estabeleceu, para os consumidores residenciais com consumo inferior à meta individual de consumo, bônus financeiros limitados ao valor da conta de energia elétrica. Em contrapartida, foram estabelecidas, para todos os consumidores de energia elétrica, sobretaxas nas tarifas vigentes referente à parcela do consumo que exceder às metas fixadas pela Câmara de Gestão da Crise de Energia.

A ANEEL estabeleceu controles e contas contábeis específicas para o registro das operações decorrentes do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, sendo os efeitos até 30 de setembro de 2001, demonstrados a seguir:

Outros Ativos

- Bônus pago aos consumidores que tiveram consumo inferior a meta estabelecida	49
- Custos de adaptações, excedentes aos 2,00% sobre a sobretaxa cobrada.	9

	58

Exigível a Longo Prazo

- Sobretaxa nas tarifas em conta de consumidores que excederam a meta de consumo estabelecida	24

Desembolso Líquido

- Valor líquido dos bônus pagos aos consumidores e custos incorridos, em excesso a sobretaxa nas tarifas	34
	===

O Governo Federal, através do Ministério de Minas e Energia, efetuará o repasse às concessionárias de energia elétrica, após a fiscalização da ANEEL, dos recursos necessários à cobertura do bônus concedido aos consumidores em excesso à sobretaxa nas tarifas, sendo que os prazos e procedimentos para execução dos dispositivos da MP serão ainda estabelecidos pela Câmara de Gestão da Crise de Energia.

23. ACORDO DE ACIONISTAS

Em setembro de 1999, o Governo do Estado de Minas Gerais moveu uma ação pleiteando a anulação do acordo de acionistas firmado entre o Governo do Estado e o grupo de investidores estratégicos liderados pela Southern Electric Participações Ltda. ("Southern") em 1997, relacionada a venda de aproximadamente 33% das ações ordinárias da CEMIG. O acordo de acionistas concedia à Southern o direito de veto sobre certas decisões corporativas importantes. Em 7 de agosto de 2001, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, através da sua 1ª Câmara Civil, sentenciou como nulo o referido acordo de acionistas. Os investidores estratégicos recorreram da referida decisão a instância superiores.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Autuação da Secretaria da Receita Federal

A Secretaria da Receita Federal, em 11 de outubro de 2001, emitiu um auto de infração em função dos créditos fiscais constituídos pela CEMIG em 2001, parcialmente recuperados durante o ano, referente à mudança no método de contabilização do passivo de benefícios pós-emprego conforme as práticas contábeis brasileiras, no montante de R\$205. Não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas com essa autuação, tendo em vista que a CEMIG, amparada na opinião de seus assessores legais, considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para a recuperação dos referidos créditos fiscais. A CEMIG procederá, no prazo legal, a defesa do auto de infração junto à esfera administrativa da Secretaria

da Receita Federal e manterá o registro das obrigações com benefícios pós-emprego em conformidade com as práticas contábeis recentemente adotadas no Brasil.

b) Emenda a Constituição Estadual nº 50

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, através da emenda à Constituição nº 50, de 29 de outubro de 2001, alterou a redação do artigo 14 da Constituição do Estado de Minas Gerais, inserindo os parágrafos 15, 16 e 17, conforme transcrição a seguir:

Parágrafo 15 – “Será de três quintos dos membros da Assembléia Legislativa o “quorum” para aprovação de lei que autorizar a cisão de sociedade de economia mista e de empresa pública, a alienação de ações que garantam o controle direto ou indireto dessas entidades pelo Estado ou a alteração em sua estrutura societária”.

Parágrafo 16 – “A lei que autorizar a alienação de ações de empresa concessionária ou permissionária de serviço público estabelecerá a exigência de cumprimento, pelo adquirente, de metas de qualidade de serviço e de atendimento aos objetivos sociais inspiradores da constituição da entidade.”

Parágrafo 17 – “A desestatização de empresa de propriedade do Estado prestadora de serviço público de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica ou de serviço de saneamento básico, autorizada nos termos deste artigo, será submetida a referendo popular.”

* * * * *

DISCUSSÃO E ANÁLISE PELA ADMINISTRAÇÃO DO RESULTADO DAS OPERAÇÕES:

PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2001 COMPARATIVO

AO PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2000

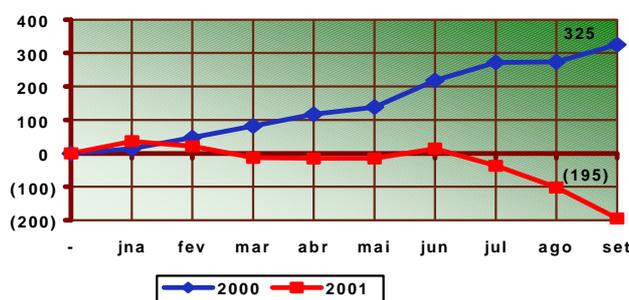
(em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

(Tradução livre do original emitido em língua inglesa)

(Prejuízo) lucro líquido

Em função dos fatores descritos abaixo, a Companhia obteve um prejuízo líquido de R\$195 milhões de janeiro a setembro de 2001, representando perdas de R\$1,23 por mil ações, comparado à um lucro líquido de R\$325 milhões de janeiro a setembro de 2000, representando ganhos de R\$2,05 por mil ações.

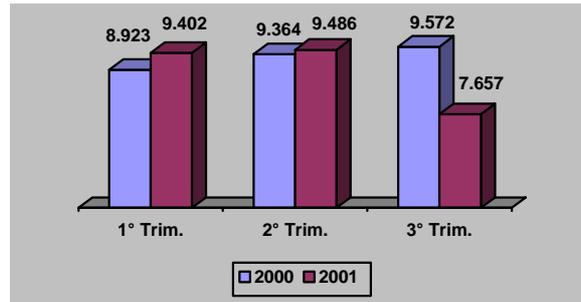
Evolução do lucro líquido
(em milhões de reais)



Receitas operacionais

As receitas operacionais, líquidas do imposto sobre o valor adicionado - ICMS, aumentaram 6,25%, R\$3.010 milhões de janeiro a setembro de 2001 comparativo a R\$2.833 milhões de janeiro a setembro de 2000. Esse aumento deve-se principalmente as maiores tarifas médias de janeiro a setembro de 2001 comparativo ao período de janeiro a setembro de 2000. A tarifa média aumentou para R\$132,48/MWh de janeiro a setembro de 2001 em comparação a R\$115,83/MWh de janeiro a setembro de 2000 em função do reajuste nas tarifas de 11,83% e 16,50% a partir de maio de 2000 e abril de 2001 respectivamente. O volume de energia elétrica vendida para consumidores finais decresceu 3,05% devido principalmente às reduções de 9,80% e 4,27% nas classes residencial e comercial respectivamente, refletindo o Plano de Racionamento de Energia elétrica implementado pelo Governo Federal do Brasil no segundo trimestre de 2001.

GWh faturados - consumidores finais



Historicamente, o pico de demanda de energia na área de concessão da CEMIG ocorre durante o terceiro trimestre. Contudo, conforme demonstrado na tabela abaixo, a energia elétrica vendida no terceiro trimestre de 2001 apresentou uma redução de 20,01% em comparação ao mesmo período de 2000, refletindo as medidas do plano de racionamento implementado pelo Governo Federal.

Classe de Consumo	MWh		Var. (%)
	julho a	julho a	
	setembro/2001	setembro/2000	
Industrial	4.716.949	5.718.825	(17,52)
Residencial	1.372.083	1.881.915	(27,09)
Comercial	637.265	857.879	(25,72)
Rural	427.705	507.354	(15,70)
Poder Público	96.677	134.180	(27,95)
Iluminação Pública	173.708	237.057	(26,72)
Serviço Público	232.944	235.056	(0,90)
	<u>7.657.332</u>	<u>9.572.266</u>	<u>(20,01)</u>

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais aumentaram 15,95%, R\$2.683 milhões de janeiro a setembro de 2001 em comparação a R\$2.314 milhões de janeiro a setembro de 2000, decorrente, principalmente, de um aumento da eletricidade adquirida para revenda, despesa com pessoal e encargos do consumidor.

Eletricidade adquirida para revenda consiste principalmente das nossas compras compulsórias de 17,00% da energia gerada por Itaipu, com preços indexados ao dólar, e de outros concessionários através do mercado atacadista de energia. A eletricidade adquirida para revenda aumentou 35,38%, R\$815 milhões de janeiro a setembro de 2001 em comparação a R\$602 milhões de janeiro a setembro de 2000 devido, principalmente: (i) um aumento de 8,00% na tarifa em dólar referente a energia comprada de Itaipu a partir de janeiro de 2001; (ii) desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano de janeiro a setembro de 2001; e, (iii) aumento na compra de energia através de contratos iniciais, R\$95 milhões de janeiro a setembro de 2001 em comparação a R\$52 milhões de janeiro a setembro de 2000.

Despesa com pessoal aumentou 18,77%, R\$405 milhões de janeiro a setembro de 2001 em comparação a R\$341 milhões de janeiro a setembro de 2000, devido principalmente aos aumentos salariais de 5,40% e 6,15% implementados em julho e novembro de 2000 respectivamente, e a provisão de R\$ 33 milhões referente ao Programa de Desligamento Voluntário, registrada em março de 2001.

Serviços de terceiros aumentaram 23,70%, R\$167 milhões de janeiro a setembro de 2001 comparado a R\$135 milhões de janeiro a setembro de 2000 em função principalmente de gastos com manutenção das linhas de transmissão e distribuição da Companhia e operação do nosso "call center".

Despesa pelo uso da rede básica de transmissão aumentou 14,53%, R\$205 milhões de janeiro a setembro de 2001 comparado a R\$179 milhões de janeiro a setembro de 2000 em função basicamente dos reajustes de aproximadamente 14,50% na tarifa em julho de 2000 e 2001.

Outras receitas (despesas)

As outras receitas (despesas) são constituídas de: (i) receitas financeiras, incluindo renda de aplicação financeira, acréscimo moratório em contas de energia elétrica, reversão de juros e multas provisionados, juros e variação monetária incidentes a conta a receber do Governo do Estado de Minas Gerais, ganhos monetários, receita com variação cambial e (ii) despesas financeiras, incluindo encargos de dívidas, juros e multas sobre tributos, perdas com variação monetária, perdas com variação cambial e outras despesas.

Outras receitas (despesas) foram despesas de R\$531 milhões de janeiro a setembro de 2001, representado um aumento de 116,73% comparado com uma despesa de R\$245 milhões de janeiro a setembro de 2000. Esse aumento nas despesas financeiras deve-se principalmente as perdas, no montante de R\$510 milhões, com variação cambial decorrentes da desvalorização de 36,61% do real em relação ao dólar norte-americano de janeiro a setembro de 2001 (em comparação, ocorreu uma desvalorização de 3,06% do real em relação ao dólar norte-americano de janeiro a setembro de 2000) e encargos de R\$166 milhões relativos a despesas com variação monetária devido ao reconhecimento das obrigações com benefícios pós emprego da Companhia como dívida conforme Resolução nº 371 da CVM, parcialmente compensado por: (i) um aumento nos montantes provisionados referentes a conta a receber do Governo do Estado de Minas Gerais; (ii) R\$12 milhões de aumento na receita com acréscimo moratório em contas de energia elétrica (devido substancialmente a um aumento nos valores recebidos como juros e multa de consumidores industriais); e (iii) um aumento da receita com aplicações financeiras dos recursos de caixa em função do maior saldo das disponibilidades no período de janeiro a setembro de 2001 comparado ao período de janeiro a setembro de 2000.

Despesa não operacional

As despesas não operacionais foram de R\$62 milhões de janeiro a setembro de 2001, comparado a R\$42 milhões para o mesmo período de 2000, devido principalmente a (i) o reconhecimento de perdas com venda de Ativo Imobilizado, principalmente relacionado a perdas com a usina de Machado Mineiro no montante de R\$32 milhões e (ii) perdas relacionadas substancialmente a projetos em linhas de transmissão.

Impostos sobre a renda

Os impostos sobre a renda referem-se a créditos de R\$85 milhões para um prejuízo antes dos impostos de R\$280 milhões de janeiro a setembro de 2001 em comparação a uma despesa de R\$83 milhões para um lucro antes dos impostos de R\$221 milhões de janeiro a setembro de 2000.

INDICADORES FINANCEIROS

As informações apresentadas a seguir são derivadas das demonstrações contábeis não consolidadas e não são comparáveis com as informações financeiras constantes em outras partes deste documento

VALOR DAS AÇÕES

(Demonstrado em reais por lote de mil ações)

Item	Unidade	30.09.2001	30.06.2001	30.09.2000
Valor patrimonial ⁽¹⁾		40,66	41,90	48,62
Valor de mercado ⁽²⁾	Ordinárias	24,80	25,29	23,54
	Preferenciais	25,70	26,53	30,55

(Demonstrado em dólares norte-americanos por lote de mil ações)⁽³⁾

Item	Unidade	30.09.2001	30.06.2001	30.09.2000
Valor patrimonial ⁽¹⁾		15,22	15,69	18,20
Valor de mercado ⁽²⁾	Ordinárias	9,28	9,47	8,81
	Preferenciais	9,62	9,93	11,44

- (1) Valor patrimonial é o quociente do Patrimônio Líquido dividido pelo número total de ações ordinárias e preferenciais em circulação na data indicada.
- (2) Valor de mercado representa o preço de fechamento por lote de mil ações na Bolsa de Valores de São Paulo na data indicada.
- (3) Para utilização nessa tabela, US\$1.00 é igual a R\$2,6713, taxa de negociação do dólar comercial em 30 de setembro de 2001, conforme divulgação do Banco Central do Brasil.

LIQUIDEZ (excluindo Obrigações Especiais)

Item	Unidade	30.09.2001	30.06.2001	30.09.2000
Liquidez corrente ⁽¹⁾	Proporção	0,66	0,77	0,67
Liquidez Geral ⁽²⁾	Proporção	0,70	0,73	0,88

- (1) Liquidez corrente é o quociente do Ativo Circulante dividido pelo Passivo Circulante.
- (2) Liquidez Geral é o quociente de: (i) soma do Ativo Circulante e Outros Ativos dividido pela; (ii) a soma do Passivo Circulante e Exigível de longo prazo (excluindo Obrigações Especiais).

NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO (excluindo Obrigações Especiais)

Item	Unidade	30.09.2001	30.06.2001	30.09.2000
Ativo total ⁽¹⁾	%	39,40	38,14	24,57
Patrimônio Líquido ⁽²⁾	%	78,90	74,18	37,76
Ativo Permanente ⁽³⁾	%	54,47	52,74	31,35

- (1) Ativo total é o quociente de (i) soma do Passivo Circulante e Exigível de longo prazo (excluindo Obrigações Especiais) dividido pelo (ii) total dos ativos.
- (2) Patrimônio Líquido é o quociente de: (i) soma do Passivo Circulante e Exigível de longo prazo (excluindo Obrigações Especiais) dividido pelo (ii) Patrimônio Líquido.
- (3) Ativo Permanente é o quociente de: (i) soma do Passivo Circulante e Exigível de longo prazo (excluindo Obrigações Especiais) dividido pela (ii) a soma dos Investimentos, Imobilizado e Diferido.

RENTABILIDADE

Item	Unidade	30.09.2001	30.06.2001	30.09.2000
Patrimônio Líquido ⁽¹⁾	%	(3,02)	0,21	4,19
Margem operacional ⁽²⁾	%	11,06	16,12	19,45
Margem líquida ⁽³⁾	%	(7,05)	0,73	11,63
Retorno do Imobilizado ⁽⁴⁾	%	(2,17)	0,16	3,52

- (1) Patrimônio Líquido e o quociente do lucro (prejuízo) líquido aplicável pelo período de seis ou três meses, iniciado em 01 de janeiro, dividido pelo Patrimônio Líquido.
- (2) Margem operacional é o quociente de: (i) resultado operacional aplicável ao período de seis ou três meses, iniciado em 01 de janeiro, dividido pela (ii) a soma da receita operacional líquida, outras taxas e RGR – Reserva Global de Reversão no mesmo período.
- (3) Margem líquida é o quociente de: (i) lucro (prejuízo) líquido aplicável ao período de seis ou três meses, iniciando em 01 de janeiro, dividido pela (ii) a soma da receita líquida, outras taxas e RGR – Reserva Global de reversão no mesmo período
- (4) Retorno do Imobilizado é o quociente do lucro (prejuízo) líquido aplicável pelo período de seis ou três meses, iniciado em 01 de janeiro, dividido pelo Imobilizado na data indicada.

ÍNDICES OPERACIONAIS

CAPACIDADE INSTALADA

	30.09.2001	30.09.2000
Capacidade instalada (em MW) ⁽¹⁾	5.632	5.514

(1) Capacidade instalada representa o montante de eletricidade que pode ser gerado nas usinas da Companhia.

EFICIÊNCIA

Item	Unidade	Para o período de janeiro a junho encerrado em:	
		30.09.2001	30.09.2000
MWh por empregado ⁽¹⁾	MWh	2.350	2.430
Consumidores por empregado ⁽²⁾	No.	470	436

(1) MWh por empregado é o quociente do montante de energia elétrica vendida (excluindo energia de curto prazo) no período indicado, em MWh, dividido pelo número médio de empregados (incluindo estagiários) no mesmo período.

(2) Consumidores por empregado é o quociente do total de consumidores no último dia do período indicado dividido pelo número total de empregados (incluindo estagiários) no mesmo dia.

QUALIDADE DO SERVIÇO

Item	Unidade	Para o período de janeiro a junho encerrado em:	
		30.09.2001	30.09.2000
Tempo médio de atendimento a interrupções ⁽¹⁾	Horas	3,63	3,06
Duração equivalente de interrupção por consumidor ⁽²⁾	Horas	7,70	6,65
Frequência equivalente de interrupção por consumidor ⁽³⁾	Nº	4,76	4,43

(1) Tempo médio de atendimento a interrupções representa o montante médio de tempo que a Companhia utilizada para restabelecimento da energia após uma interrupção.

(2) Duração equivalente de interrupção por consumidor é o quociente de: (i) cada interrupção ocorrida em determinado período, o produto do número de consumidores afetados pela interrupção multiplicado pelo montante de tempo necessário que a Companhia gastou no restabelecimento da energia, em horas, dividido pelo (ii) o número de consumidores da Companhia do último dia do período.

(3) Frequência equivalente de interrupção por consumidor é o quociente do número de interrupções elétricas durante um determinado período dividido pelo número de consumidores da Companhia no último dia do período

TARIFA MÉDIA⁽¹⁾

(Demonstrada em reais por MWh)

Descrição	Para o período de nove meses encerrado em:	
	30.09.2001	30.09.2000
Industrial	85,17	73,68
Residencial	245,87	212,03
Comercial	202,26	174,05
Rural	127,71	112,02
Outros	135,67	117,99
Consumidores finais	132,48	115,83

(Demonstrada em dólares norte-americanos por MWh)⁽²⁾

Descrição	Para o período de nove meses encerrado em:	
	30.09.2001	30.09.2000
Industrial	31,88	27,58
Residencial	92,04	79,37
Comercial	75,72	65,16
Rural	47,81	41,93
Outros	50,79	44,17
Consumidores finais	49,59	43,36

- (1) Tarifa média é o quociente da receita por tipo de consumidor, incluindo imposto sobre valor adicionado - ICMS, dividido pelo montante de energia vendida por tipo de consumidor em MWh.
- (2) Para utilização nessa tabela, US\$1.00 é igual a R\$2.6713, taxa de negociação do dólar comercial de venda em 30 de setembro de 2001, conforme divulgação pelo Banco Central do Brasil.

Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG

Demonstrações Contábeis Consolidadas – Preparado de Acordo com os Princípios Contábeis Norte-Americanos

30 de Setembro de 2001 e 31 de Dezembro de 2000

(Tradução livre do original emitido na língua inglesa)

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2001 E 31 DE DEZEMBRO DE 2000

(Expressos em milhões de reais)
(Tradução livre do original emitido na língua inglesa)

A T I V O

	30 de setembro de 2001 (não auditado)	31 de dezembro de 2000
CIRCULANTE:		
Disponibilidades (Nota 6)	521	303
Contas a receber (Nota 7)	518	668
Tributos compensáveis	177	25
Almoxarifado	10	12
Outros	127	78
	----- 1,353	----- 1.086
INVESTIMENTOS (Nota 8)	----- 144	----- 51
IMOBILIZADO, LÍQUIDO (Nota 9)	----- 10.098	----- 10.415
OUTROS ATIVOS:		
Títulos e valores mobiliários – disponíveis para venda	83	61
Impostos sobre a renda diferidos (Nota 5)	693	770
Conta a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (Nota 4)	1.133	953
Plano de Racionamento de Energia – Bônus pago a consumidores e custos de adaptações incorridos (Nota 20)	58	-
Outros	117	78
	----- 2.084	----- 1.862
Total do ativo	----- 13.679 =====	----- 13.414 =====

As notas explicativas anexas são parte integrante destes
balanços patrimoniais consolidados.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2001 E 31 DE DEZEMBRO DE 2000

(Expressos em milhões de reais, exceto onde indicado de outra forma)
(Tradução livre do original emitido na língua inglesa)

P A S S I V O

	30 de setembro de 2001 (não auditado)	31 de dezembro de 2000
CIRCULANTE:		
Fornecedores	302	237
Salários e contribuições sociais	113	80
Tributos a pagar	127	78
Dividendos e juros sobre capital próprio	4	174
Empréstimos a curto prazo	-	82
Parcela de curto prazo de financiamentos a longo prazo (Nota 10)	779	502
Encargos do consumidor a recolher	71	90
Venda antecipada de energia elétrica	68	71
Provisões para contingências (Nota 12)	131	150
Outros	96	84
	----- 1.691	----- 1.548
EXIGIVEL A LONGO PRAZO:		
Financiamentos a longo prazo (Nota 10)	1.369	1.088
Obrigações com benefícios pós- emprego	1.901	1.803
Impostos sobre a renda diferidos (Nota 5)	564	612
Provisões para contingências (Nota 12)	149	136
Plano de Racionamento de Energia – Sobretaxa cobrada dos consumidores (Note 20)	24	-
Venda antecipada de energia elétrica	-	33
Outros	44	30
	----- 4.051	----- 3.702
PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS	----- 3	----- 2
PATRIMONIO LÍQUIDO (Nota 15):		
Capital Social - ações com valor nominal de R\$0,01		
Ações preferenciais – 89.436.237 mil autorizadas, emitidas e em circulação	786	786
Ações ordinárias – 69.495.478 mil autorizadas, emitidas e em circulação	610	610
	----- 1.396	----- 1.396
Capital adicional integralizado	3.170	3.170
Lucros acumulados apropriados	3.299	3.299
Lucros acumulados não apropriados	492	735
Prejuízo abrangente, acumulado	(423)	(438)
	-----	-----

	7.934	8.162
	-----	-----
Total do passivo	13.679	13.414
	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante destes
balanços patrimoniais consolidados.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS NÃO AUDITADAS DOS RESULTADOS
 PARA OS NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2001 E 2000
 (Expressos em milhões de reais, exceto quantidade de ações e valores por ação)
 (Tradução livre do original emitido na língua inglesa)

	Nove meses findos em 30 de setembro de	
	2001	2000
RECEITAS OPERACIONAIS: (Nota 13)		
Fornecimento de energia elétrica para consumidores finais	3.487	3.267
Imposto sobre valor adicionado sobre fornecimento para consumidores finais	(747)	(698)
Fornecimento de energia elétrica para o sistema interligado	56	127
Uso de rede básica de transmissão	114	104
Outras receitas operacionais	100	90
Receitas operacionais líquidas	3.010	2.890
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS:		
Eletricidade adquirida para revenda (Nota 14)	(815)	(602)
Gás adquirido para revenda	(53)	(44)
Uso de rede básica de transmissão	(205)	(179)
Depreciação e amortização	(479)	(435)
Pessoal	(405)	(334)
Encargos do consumidor (Nota 14)	(360)	(317)
Serviços de terceiros	(167)	(136)
Outros impostos	(137)	(130)
Custo de benefícios pós-emprego	(226)	(178)
Materiais e suprimentos	(47)	(49)
Outros (Nota 14)	(178)	(153)
Total de custos e despesas operacionais	(3.072)	(2.557)
(Prejuízo) lucro operacional	(62)	333
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS):		
Receitas financeiras (Nota 15)	322	148
Despesas financeiras (Nota 15)	(671)	(165)
	(349)	(17)
(Prejuízo) lucro antes dos impostos sobre a renda	(411)	316
IMPOSTOS SOBRE A RENDA – CRÉDITO (DESPESAS) (Nota 5)	168	(24)
(Prejuízo) lucro líquido do período	(243)	292
Quantidade ponderada média de ações em circulação (em milhares)	158.931.715	158.931.715
(Prejuízo) lucro básico e diluído por mil ações ordinárias e preferenciais - em reais	(1,53)	1,84
OUTROS COMPONENTES DO	15	13

(PREJUÍZO) LUCRO ABRANGENTE	-----	-----
(PREJUÍZO) LUCRO ABRANGENTE	(228)	305
	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas não auditadas.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS NÃO AUDITADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2001 E 2000

(Expressos em milhões de reais)

(Tradução livre do original emitido na língua inglesa)

	Nove meses findos em 30 de setembro de	
	2001	2000
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
(Prejuízo) lucro líquido do período	(243)	292
Ajustes para reconciliação do (prejuízo) lucro líquido ao caixa gerado nas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	479	435
Perda (ganho) com variação monetária ou cambial - longo prazo	62	(63)
Perda na baixa de ativo imobilizado	75	59
Custos com benefícios pós-emprego	98	60
Provisões para contingências e devedores duvidosos	10	26
Impostos sobre a renda diferidos	(137)	(30)
Outros	2	1
Redução (aumento) de ativos:		
Contas a receber	134	(204)
Tributos compensáveis	9	83
Contas a receber do Governo do Estado de Minas Gerais	-	17
Outros	(75)	2
Aumento (diminuição) em passivos:		
Fornecedores	65	2
Salários e contribuições sociais	33	6
Tributos a pagar	49	79
Encargos do consumidor a recolher	(19)	17
Venda antecipada de energia elétrica	(36)	(58)
Parcela de curto prazo de financiamento a longo prazo e empréstimos de curto prazo	210	(10)
Plano de Racionamento de Energia – Bônus pago a consumidores e certos custos incorridos em excesso à sobretaxa cobrada dos consumidores	(34)	-
Outros	24	(30)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	706	684
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES FINANCEIRAS:		
Empréstimos de curto prazo obtidos	-	49
Financiamentos a longo prazo obtidos	263	143
Pagamentos de financiamentos a longo prazo	(252)	(223)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(170)	(22)
Caixa utilizado em atividades financeiras	(159)	(53)

	Nove meses findos em 30 de setembro de	
	2001	2000
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Aquisição de novos investimentos	(31)	(21)
Aquisição de imobilizado	(298)	(261)
	-----	-----
	-	-
Caixa utilizado em atividades de investimento	(329)	(282)
	-----	-----
	-	-
AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES	218	349
	=====	=====
	=	
DISPONIBILIDADES:		
Início do período	303	86
Fim do período	521	435
	-----	-----
	-	-
	218	349
	=====	=====
	=	
INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR DO FLUXO DE CAIXA:		
Tributos pagos (imposto de renda e contribuição social)	15	15
Juros pagos	124	79

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas não auditadas.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG

DEMONSTRAÇÃO NÃO AUDITADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2001 E 2000

(Expressos em milhões de reais, exceto valores por ação)
(Tradução livre do original emitido na língua inglesa)

	Nove meses findos em 30 de setembro de	
	2001	2000
CAPITAL SOCIAL:		
Ações preferenciais	786	786
Ações ordinárias	610	610
	-----	-----
	1.396	1.396
	-----	-----
		-
CAPITAL ADICIONAL INTEGRALIZADO	3.170	3.170
	-----	-----
		-
LUCROS ACUMULADOS APROPRIADOS:		
Reserva de incentivos fiscais - Saldo	41	41
	-----	-----
		-
Reserva de contas de resultado a compensar - Saldo	2.680	2.680
	-----	-----
		-
Reserva de lucros a realizar - Saldo	484	538
	-----	-----
		-
Reserva legal - Saldo	94	94
	-----	-----
		-
	3.299	3.353
	-----	-----
		-
LUCROS ACUMULADOS NÃO APROPRIADOS:		
Saldo no início do período	735	502
(Prejuízo) lucro líquido do período	(243)	292
Juros sobre capital próprio – R\$1,17 por mil ações	-	(187)
	-----	-----
		-
Saldo no final do período	492	607
	-----	-----
		-
PREJUÍZO ABRANGENTE, ACUMULADO		
Saldo no início do período	(438)	(457)
Ganhos a realizar em títulos e valores mobiliários – Disponíveis para venda	22	19
Impostos sobre a renda	(7)	(6)
	-----	-----
		-

Saldo no final do período	(423)	(444)
	-----	-----
Patrimônio Líquido no final do período	7.934	-
	=====	=====
		=

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações contábeis consolidadas não auditadas.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 30 DE SETEMBRO DE 2001 E 2000 INCLUÍNDO INFORMAÇÕES NÃO AUDITADAS PARA OS NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2001 E 2000

(Valores expressos em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)
(Tradução livre do original emitido na língua inglesa)

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

A Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG ("CEMIG" ou a "Companhia") é uma sociedade de economia mista, organizada de acordo com as leis da República Federativa do Brasil e controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais ("Governo do Estado"). As principais atividades da Companhia são a construção e operação de sistemas utilizados na geração, transmissão, distribuição e fornecimento de energia elétrica. A Companhia também executa outras atividades relacionadas à energia elétrica.

Como uma concessionária de serviço público de eletricidade, a Companhia está sujeita às normas estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, uma agência do Governo Federal brasileiro ("Governo Federal").

A CEMIG possui participação nas seguintes companhias:

- Sá Carvalho S.A. (participação de 100,00%) – Suas principais atividades são a produção e venda de energia elétrica proveniente da usina hidrelétrica de Sá Carvalho. Essa usina foi adquirida da ACESITA em 2000.
- Usina Térmica Ipatinga S.A. (participação de 100,00%) – Suas principais atividades são a produção e venda de energia elétrica proveniente da usina termelétrica de Ipatinga.
- Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG ("GASMIG") (participação de 95,12%) – Suas principais atividades são a operação, produção, aquisição, armazenamento, transporte e distribuição de gás natural e produtos relacionados. O Governo do Estado concedeu a concessão à GASMIG pelo período de 30 anos a partir de 1993.
- Empresa de Infovias S.A. (participação de 49,44%) – Suas principais atividades são a prestação de serviços e desenvolvimento de atividades relacionados a telecomunicações através de sistema integrado constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e outros.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na preparação das demonstrações contábeis segundo os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("U.S. GAAP") a Administração é requerida a efetuar estimativas e a adotar premissas para o registro de ativos, passivos, receitas e despesas. Desta forma, as demonstrações contábeis da Companhia incluem várias estimativas tais como a vida útil dos bens do imobilizado, provisões para contingências, estimativas com obrigações com benefícios pós-emprego, e outras similares. Os valores efetivos destas transações podem diferir destas estimativas.

As demonstrações contábeis intercalares para os nove meses findos em 30 de Setembro de 2001 e 2000 foram preparadas de acordo com U.S. GAAP, os quais diferem em determinados aspectos dos princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, aplicados pela CEMIG na elaboração de suas demonstrações contábeis societárias, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações contábeis intercalares foram elaboradas em bases consistentes com as demonstrações contábeis para o ano findo em 31 de Dezembro de 2000.

As demonstrações contábeis intercalares incluídas neste relatório foram elaboradas pela Companhia e não foram auditadas. Na opinião da Administração, todos os ajustes necessários para apresentação correta destas demonstrações contábeis intercalares foram realizados. Estes ajustes são de natureza normal e recorrente. O resultado das operações para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2001 não são necessariamente um indicativo do resultado para todo o ano. As presentes demonstrações contábeis consolidadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas auditadas e suas respectivas notas explicativas para os anos findos em 31 de Dezembro de 2000, 1999 e 1998 contidas no Documento de Registro da CEMIG ("Form 20-F"), arquivado na "United States Security and Exchange Commission" em 13 de Agosto de 2001, sob o número 1-15224.

3. BASE PARA CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da CEMIG e suas subsidiárias Sá Carvalho S.A., Usina Térmica Ipatinga S.A. e Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG. Na Consolidação, foram eliminados os investimentos realizados pela Companhia no patrimônio líquido de suas subsidiárias e todos os saldos relevantes de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. A subsidiária, Empresa de Infovias S.A, onde o controle é exercido em conjunto com outros acionistas não é consolidada. A participação dos minoritários no patrimônio líquido das subsidiárias é apresentada de forma destacada no passivo.

4. CONTA A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Com a promulgação da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, a Companhia contabilizou como valor a receber do Governo Federal o saldo de Resultado a Compensar (CRC), aprovado pela ANEEL. Em 1993 e 1994, a Companhia recuperou parte do saldo de CRC através da compensação com valores devidos a órgãos do Governo Federal decorrentes de compras de energia e financiamentos.

	setembro de 2001	dezembro de 2000
Ativos de longo prazo		
Obrigações com benefícios pós-emprego	446	595
Ajuste a valor presente do conta a receber do Governo do Estado de Minas Gerais	96	94
Prejuízos fiscais	62	-
Outras diferenças temporais	89	81
	----- 693	----- 770
Passivos de longo prazo		
Efeitos de diferenças entre ativos não monetários substancialmente relacionados ao imobilizado e montantes ajustados para U.S. GAAP	(555)	(596)
Outras diferenças temporais	(9)	(16)
	----- (564)	----- (612)

Para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2001 e 2000, o imposto diferido, no montante de R\$7 e R\$6, respectivamente, referente a ganhos a realizar com títulos e valores mobiliários - disponíveis para venda, foram contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

Durante exercício de 2001, a Companhia retificou a declaração do imposto de renda para o ano findo em 31 de dezembro de 1997, pleiteando a dedutibilidade de despesas com obrigações pós-emprego provisionadas nas suas demonstrações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira. Este recálculo resultou na apuração de impostos sobre a renda pagos antecipadamente no montante de R\$200, cujo valor foi reclassificado de Impostos sobre a renda diferidos para Tributos compensáveis, classificado como ativo circulante. A Companhia vem realizando a compensação dos créditos com impostos federais a pagar. Em 30 de setembro de 2001, o saldo remanescente era de R\$160, classificado na rubrica de tributos compensáveis.

6. DISPONIBILIDADES

A tabela abaixo apresenta informação acerca das disponibilidades para os períodos indicados:

	<u>30 de setembro de 2001</u>	<u>31 de dezembro de 2000</u>
Caixa e bancos	59	59
Investimentos a curto prazo, principalmente certificados de depósito bancários e fundos de investimento, avaliados a valor de mercado	462	244
	-----	-----
	<u>521</u>	<u>303</u>
	=====	=====

7. CONTAS A RECEBER

A tabela abaixo apresenta informação acerca do contas a receber por consumidores para os períodos indicados:

	<u>30 de setembro de 2001</u>	<u>31 de dezembro de 2000</u>
Residencial	191	214
Industrial	161	158
Comercial	70	84
Rural	25	28
Entidades governamentais	67	46
Serviço público	14	46
	-----	-----
Subtotal	528	576
Suprimento	50	143
	-----	-----
	578	719
Provisão para devedores duvidosos	(60)	(51)
	-----	-----
	<u>518</u>	<u>668</u>
	=====	=====

A Companhia possui um saldo a receber, no montante de R\$70, de FURNAS – Centrais Elétricas S.A., referente a venda de energia no mercado atacadista nos períodos de setembro a dezembro de 1999 e janeiro a agosto de 2000, devido substancialmente ao atraso no início das operações da Usina Nuclear de Angra-II. A CEMIG compensou parte de saldo com faturas a pagar de contratos iniciais no montante de R\$68. Está previsto o término das negociações ainda no exercício de 2001. Os montantes apresentados como Suprimento na tabela acima estão líquidos dos créditos compensados.

8. INVESTIMENTOS

	30 de setembro de 2001	31 de dezembro de 2000
Empresa de Infovias S.A.	63	34
Usinas hidrelétricas a serem transferidas para subsidiária a ser criada pela CEMIG	62	-
Outros investimentos	19	17
	-----	-----
	144	51
	=====	=====

A Companhia transferiu de seu ativo imobilizado para a rubrica de investimentos o montante de R\$62, referente ao valor de mercado das usinas hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba localizadas em Minas Gerais e Salto Voltão e Salto do Passo localizadas em Santa Catarina. Essas usinas serão transferidas , como integralização de capital, para uma subsidiária a ser criada pela CEMIG, com o propósito de controlar ativos específicos e investimentos. Essa transferência somente ocorrerá após aprovação pela ANEEL.

9. IMOBILIZADO

A tabela abaixo apresenta o ativo imobilizado :

	30 de setembro de 2001	31 de dezembro de 2001
Em serviço		
Geração -		
Hidrelétrica	7.728	7.792
Termelétrica	264	264
Transmissão	1.402	1.393
Distribuição	7.059	6.825
Administração	447	410
Outros	48	47
	-----	-----
	16.948	16.731
	-----	-----
Depreciação e amortização acumuladas		
Geração	(3.546)	(3.398)
Transmissão	(703)	(670)
Distribuição	(2.889)	(2.685)
Administração	(242)	(212)
Outros	(9)	(8)
	-----	-----
	(7.389)	(6.973)
	-----	-----
Total em serviço	9.559	9.758
	-----	-----
Imobilizações em curso		
Geração	191	94
Transmissão	33	13
Distribuição	284	491
Administração	7	55
Outros	24	4
	-----	-----
Total das imobilizações em curso	539	657
	-----	-----
Total	10.098	10.415
	=====	=====

As taxas anuais de depreciação são de 2% a 8,3% para ativos relacionados a geração, transmissão e distribuição, 10% para móveis e utensílios e 20% para veículos.

Os encargos financeiros capitalizados nos nove meses findos em 30 de setembro de 2001 e 2000 foram de R\$32 e R\$23, respectivamente.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição dos financiamentos por moeda e por indexadores é a seguinte:

	30 de setembro de 2001	31 de dezembro de 2000
Moeda-		
Dólar norte-americano	1.569	988
Marco alemão	25	19
Franco suíço	4	5
Yen japonês	2	2
Unidade de conta (cesta de moedas)	48	44
Outras moedas	8	4
	----- 1.656	----- 1.062
Indexadores-		
Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M	220	234
Índice Interno da Eletrobrás - FINEL	182	214
Outros	90	80
	----- 492	----- 528
Total	----- 2.148 =====	----- 1.590 =====

As taxas de câmbio das principais moedas estrangeiras utilizadas para atualização dos empréstimos e financiamentos da Companhia apresentaram os seguintes aumentos (diminuições) nos períodos indicados, em percentagem:

	Nove meses findos em 30 de setembro	
	2001	2000
Moeda-		
Dólar norte-americano	36,61	3,06
Marco alemão	32,26	(9,70)
Franco suíço	36,12	(4,94)
Yen japonês	30,41	(2,34)
Unidade de conta (cesta de moedas)	35,24	(0,90)

Os principais indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional apresentaram os seguintes aumentos, nos períodos indicados, em percentagem:

	Nove meses findos em 30 de setembro	
	2001	2000
Indexadores-		
Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M	7,67	8,53
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	1,50	1,66

O vencimento dos empréstimos e financiamentos a longo prazo é como segue:

	30 de setembro de 2001	31 de dezembro de 2000
2002	148	268
2003	403	201
2004	264	149
2005	109	88
2006	53	45
2007 e datas posteriores	392	337
	-----	-----
	1.369	1.088
	=====	=====

No exercício de 1996, a CEMIG efetuou captação de recursos no mercado externo, através de emissão de *fixed rates notes*, no montante de US\$150 milhões, sujeitos a encargos de 9,12% por ano, com vencimento previsto para 18 de novembro de 2004. Esses títulos possuem cláusula determinando a possibilidade de resgate antecipado em 18 de novembro de 2001, seja por opção da CEMIG ou dos credores, correspondendo a 98,704% do principal. Estes títulos estão registrados no curto prazo, uma vez que a Companhia acredita que parte substancial deste montante será resgatada pelos investidores em 18 de novembro de 2001.

O Conselho de Administração da CEMIG, em reunião realizada no dia 05 de setembro de 2001, aprovou a emissão de R\$625 milhões em debêntures simples, em duas séries de R\$312,5 milhões, não conversíveis em ações, sem preferência e nem garantia. Os recursos serão aplicados em obras de geração, transmissão e subtransmissão, inclusas no programa de investimentos de 2001 e 2002 da Companhia. A CEMIG espera emitir tais debêntures em novembro de 2001.

11. PROGRAMA DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO

O Programa de Desligamento Voluntário - PDV, implementado pela Companhia no período entre 12 de março e 02 de abril de 2001, e entre 03 e 11 de maio de 2001, contou com a adesão de 580 empregados.

Os incentivos para os empregados que aderiram ao PDV foram de (i) 60 por cento da remuneração mensal para cada ano de serviço na CEMIG, até um limite de 20 anos, e (ii) o pagamento integral dos custos do seguro de vida em grupo e plano de saúde pelo período de 6 meses contados a partir da data de desligamento do empregado.

Os custos com o PDV, no montante estimado de R\$33, foram consignados no resultado do exercício, sendo que o desligamento dos empregados, iniciado em 02 de maio de 2001, será concluído até março de 2002. Em 30 de setembro de 2001, o saldo remanescente de provisão é de R\$12, incluída na conta de Salários e contribuições sociais.

12. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A CEMIG é parte em processos judiciais e administrativos no Brasil em razão do curso normal de suas atividades. As informações referentes às provisões e aos processos fiscais e outros são as seguintes:

	30 de setembro de 2001	31 de dezembro de 2000
Reclamações trabalhistas	49	55
Reclamações cíveis – Consumidores	72	68
Contribuição social	112	132
Outros	47	31
	-----	-----
	280	286
	=====	=====
Curto prazo	131	150
Longo prazo	149	136

(a) Reclamações trabalhistas

As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a horas extras e insalubridade. O valor total estimado dessas reclamações é R\$61 e R\$69 em 30 de setembro de 2001 e 31 de dezembro de 2000, respectivamente. A Companhia constituiu provisão para tais contingências no montante de R\$49 e R\$55 em 30 de setembro de 2001 e 31 de dezembro de 2000, respectivamente. A Companhia efetuou uma reversão de provisão no montante de R\$6 para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2001 (constituição de provisão no montante de R\$4 para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2000). A CEMIG estima os valores a serem provisionados com base na opinião de seus assessores legais, na natureza dos grupos de questionamento e em decisões judiciais recentes.

A Companhia está defendendo em conjunto com a Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ (“FORLUZ”), uma reclamação do sindicato dos seus empregados (“Sindieletro”) contestando a suspensão dos aumentos das contribuições mandatárias para o fundo de pensão, devido à inflação. O valor total envolvido nessa reclamação é de R\$523. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa reclamação, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e conseqüentemente, não são esperadas perdas relativas a essa ação.

O sindicato dos empregados da Companhia está processando a FORLUZ contestando a substituição do indexador atuarial do fundo de pensão. O valor total dessa reclamação é de R\$226. Caso o Sindieletro obtenha êxito neste processo, a Companhia espera que a FORLUZ pleiteie o reembolso por parte da CEMIG dos montantes a pagar para os empregados aposentados. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa reclamação, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e conseqüentemente, não são esperadas perdas relativas a essa ação.

(b) Reclamações cíveis - Consumidores

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a Companhia objetivando reembolso para as quantias pagas à CEMIG decorrente do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal, “Plano Cruzado”, em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano. A CEMIG estima os valores a serem provisionados com base nos valores faturados passíveis de questionamento e com base em decisões judiciais recentes.

O valor total de exposição da Companhia nessa matéria é, aproximadamente, R\$72 e R\$68, integralmente provisionada em 30 de setembro de 2001 e 31 de dezembro de 2000, respectivamente.

(c) Contribuição social

A Companhia vem deduzindo as quantias de depreciação, amortização e baixas da correção monetária complementar do imobilizado para fins de cálculo da contribuição social. Esta dedução está sujeita a questionamentos pelas autoridades fiscais. A Companhia estima que o montante referente a tal questão é de aproximadamente R\$112 e R\$132, totalmente provisionados em 30 de setembro de 2001 e 31 de dezembro de 2000, respectivamente.

(d) Outros

Outros passivos provisionados referem-se a questionamentos envolvendo o Governo Federal, sobre a discussão da constitucionalidade de certos tributos federais e outras reclamações consideradas relativas ao curso normal das operações.

Para aqueles processos, cujos desfechos desfavoráveis são considerados prováveis, a Companhia constituiu provisões integrais para perdas.

(e) COFINS

A Companhia iniciou questionamentos com relação ao pagamento da COFINS em 1992. Devido à sentença judicial desfavorável, a Companhia pagou, em 30 de julho de 1999, o montante de R\$240. O Governo Federal está alegando que a Companhia deve aproximadamente R\$111, referente a multas e juros pelo não pagamento da COFINS. A Companhia está contestando tal reclamação. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e consequentemente, não são esperadas perdas relativas a essa ação.

(f) Atos da Agência Reguladora

A ANEEL impetrou ação administrativa contra a CEMIG afirmando que a Companhia deve R\$154, a valores originais sem atualização monetária, ao Governo Federal, em decorrência de um erro no cálculo de créditos de CRC que foram previamente utilizados para reduzir as quantias devidas ao Governo Federal. Em 8 de agosto de 2001, a ANEEL determinou que a CEMIG pagasse o referido montante, acrescido de encargos financeiros desde 1º de janeiro de 1997, calculados com base na variação da SELIC. A Companhia, suportada por seus assessores legais, acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e portanto não constituiu provisão para esta ação.

A Companhia acredita que qualquer perda em excesso aos montantes provisionados em relação às contingências não afetará de forma material o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

13. RECEITAS OPERACIONAIS

Segue abaixo a composição das receitas operacionais por tipo de receita:

	Nove meses findos em 30 de setembro	
	2001	2000
Fornecimento de energia elétrica para consumidores finais	3.487	3.267
Imposto sobre valor adicionado sobre fornecimento para consumidores finais	(747)	(698)
Fornecimento de energia elétrica para o sistema interligado	56	127
Uso de rede básica de transmissão	114	104
Fornecimento de gás	72	56
Serviços prestados	18	28
Outros	10	6
	-----	-----
	---	---
	3.010	2.890
	=====	=====
	==	==

Segue abaixo a composição da energia elétrica vendida por classe de consumidor:

	Nove meses findos em 30 de setembro			
	GWh		R\$	
	2001	2000	2001	2000
Residencial	5.099	5.653	1.254	1.199
Industrial	16.416	16.535	1.384	1.218
Comercial	2.532	2.645	512	460
Rural	1.235	1.228	158	138
Entidades governamentais	1.076	1.092	152	135
Serviços públicos	657	706	82	77
Consumo próprio	39	46	-	-
Não faturado, líquido	-	-	(55)	40

	-----	-----	-----	-----
	27.054	27.905	3.487	3.267
Supri ment o	487	4.144	56	127
	-----	-----	-----	-----
Total	27.541	32.049	3.543	3.394
	=====	=====	=====	=====
Núm ero de client es	5.342.723	5.085.611		
	=====	=====		

14. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais são demonstrados a seguir:

(d) Eletricidade adquirida para revenda

	Nove meses findos em 30 de setembro	
	2001	2000
De Furnas (ITAIPU)	717	523
De outros	98	79
	-----	-----
	815	602
	=====	=====

(e) Encargos do consumidor

	Nove meses findos em 30 de setembro	
	2001	2000
Quotas de reserva global de reversão – RGR	78	76
Quota de conta de consumo de combustível – CCC	244	205
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	28	28
Taxa de inspeção da ANEEL	10	8
	-----	-----
	360	317
	=====	=====

(f) Outros

	Nove meses findos em 30 de setembro	
	2001	2000
Seguro	8	11
Indenização trabalhista	5	8
Baixa de ativo permanente, líquida	56	37
Consumo de energia elétrica	7	7
Doações	9	10
Provisões para contingências		
Reclamações trabalhistas	(6)	4
Reclamações cíveis – Consumidores	4	2
Reclamações cíveis – Outros	16	2
Provisão para devedores duvidosos	16	7
Aluguéis	9	7
Publicidade	20	15
Participação nos lucros	14	11
Despesas gerais	20	32
	-----	-----
	178	153
	=====	=====

15. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS

As outras receitas e despesas são demonstradas a seguir:

	Nove meses findos em 30 de setembro	
	2001	2000
Receitas financeiras-		
Juros sobre conta a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (Nota 4)	181	75
Receitas de aplicações financeiras	61	29
Juros de mora sobre contas a receber vencidas, registrados em regime de caixa	34	22
Atualização monetária de tributos compensáveis	17	19
Renegociação de dívida de consumidor industrial	12	-
Reversão de multas e juros sobre tributos	10	-
Outras	7	3
	-----	-----
	322	148
	====	====
Despesas financeiras-		
Juros de empréstimos e financiamentos	(105)	(83)
Contribuição provisória sobre movimentações financeiras – CPMF	(17)	(10)
Juros e multas sobre tributos	(11)	(15)
Despesa com variação cambial	(508)	(30)
Despesa com variação monetária	(17)	(17)
Outras despesas	(13)	(10)
	-----	-----
	(671)	(165)
	====	====

As despesas de variação cambial para os períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2001 e 2000 decorrem principalmente da desvalorização do real frente ao dólar norte-americano. Vide Nota 10 sobre a composição da dívida em moeda estrangeira e variação das moedas para os períodos apresentados.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Exceto pelas disponibilidades, que estão registradas pelo custo acrescido de juros e em montantes próximos ao valor de mercado, o valor registrado pela CEMIG relativo a outros instrumentos financeiros, apresentados em reais, aproximam-se dos valores justos destes naquelas datas, refletindo o vencimento a curto prazo ou valores negociáveis, destes instrumentos, em 30 de setembro de 2001 e 31 de dezembro de 2000.

Baseado nas taxas de juros contratadas pela CEMIG para empréstimos bancários com prazos de vencimento similares, o valor justo para financiamentos a longo prazo em 30 de setembro de 2001 e 31 de dezembro de 2000 aproxima-se do valor contábil. Os Eurobônus tem valor de mercado de 98,63% (aproximadamente R\$395) e 98,75% (aproximadamente R\$289) do seu valor nominal em 30 de setembro de 2001 e 31 de dezembro de 2000, respectivamente.

A Companhia gerencia seus instrumentos financeiros através de monitoramento periódico de suas posições, diversificação de instituições e estabelecimento de limites de investimentos em cada uma das instituições.

Os instrumentos financeiros que sujeitam a CEMIG a risco de concentração de crédito são as disponibilidades, depósitos temporários e outras contas a receber. A CEMIG limita seu risco de crédito associado com as disponibilidades e depósitos temporários investindo em aplicações financeiras de curtíssimo prazo em instituições financeiras de primeira linha. O risco de crédito associado ao contas a receber de consumidores residenciais é limitado pelas políticas próprias de corte de fornecimento para clientes em atraso. Com relação a grandes consumidores industriais e comerciais o risco de crédito é mitigado pela análise de crédito dos clientes e, para casos específicos, com a obtenção de garantias ou aval para as contas não pagas.

17. DERIVATIVOS

Em junho de 1998, o "Financial Accounting Standards Board" ("FASB") emitiu o pronunciamento de número 133 ("SFAS 133"), denominado "Contabilização de Derivativos e para Atividades de Hedge". O "SFAS 133" estabelece padrões para contabilização e divulgação que requerem que todo instrumento derivativo (incluindo certos derivativos em outros contratos) deve ser registrado nas demonstrações contábeis como um ativo ou um passivo mensurado pelo seu "valor justo". O "SFAS 133" requer que as modificações no "valor justo" dos derivativos seja reconhecido no resultado, a menos que sejam atingidos critérios específicos de contabilização de "hedge". Em junho de 2001, o FASB emitiu o "SFAS 138" que complementa o "SFAS 133" no que concerne a certos instrumentos derivativos e determinadas atividades de "hedge". O "SFAS 133" é mandatório para os anos fiscais iniciados depois de 15 de junho de 2000. A CEMIG adotou o "SFAS 133", a partir de 1 de janeiro de 2001. A adoção do "SFAS 133" não implicou em efeitos materiais nas demonstrações contábeis consolidadas da CEMIG.

18. CONTABILIZAÇÃO DE ENERGIA COMERCIALIZADA NO MAE

O Conselho do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – COMAE (“COMAE”), estabeleceu um cronograma para conclusão e divulgação da comercialização de energia elétrica no Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE (“MAE”) pela Administradora de Serviços do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – ASMAE (“ASMAE”), conforme segue:

<u>Período da comercialização</u>	<u>Conclusão e divulgação</u>
Setembro/2000 a abril/2001	Até o dia 15 de outubro de 2001
Maio/2001 e junho/2001	Até o dia 31 de outubro de 2001
Julho/2001 e agosto/2001	Até o dia 15 de novembro de 2001
Setembro/2001 e outubro/2001	Até o dia 30 de novembro de 2001
Novembro/2001	Até o dia 31 de dezembro de 2001

Com base nas informações divulgadas pela ASMAE, no dia 15 de outubro de 2001, a CEMIG procedeu ao registro contábil da energia comercializada no mercado atacadista, referente ao período de setembro de 2000 à abril de 2001, excluindo os valores relacionados aos Encargos de Serviços do Sistema – ESS no montante de R\$57. A CEMIG considera que o sistema operacional de cobrança dos Encargos de Serviço do Sistema está em desacordo com as regras de mercado válidas à época da entrega da energia e interpôs uma notificação extrajudicial, no dia 26 de outubro de 2001, junto à ASMAE e ao COMAE, visando à suspensão da contabilização e liquidação dos referidos encargos.

O efeito líquido devedor, referente às vendas no mercado atacadista, no resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2001, excluindo os créditos tributários e os Encargos de Serviços do Sistema, representaram uma despesa de R\$10, conforme demonstrado abaixo:

- De 1º de setembro a 31 de dezembro de 2000 - a CEMIG registrou uma receita de R\$26, sendo que previamente havia sido provisionada uma receita estimada no exercício de 2000 no montante de R\$38, conforme demonstrativo específico da ANEEL de 05 de março de 2001, gerando um ajuste líquido devedor no resultado do exercício de 2001 no montante de R\$12.
- De 1º de janeiro a 30 de abril de 2001 – A CEMIG registrou uma receita de R\$2 reconhecida no resultado do exercício de 2001.

A CEMIG não registrou a energia transacionada no MAE de 01 de maio a 30 de setembro de 2001. A CEMIG considera não ter informações suficientes para mensurar, em bases confiáveis e precisas, o resultado das operações no MAE no período, considerando as incertezas relacionadas ao tratamento a ser dado aos contratos iniciais, bem como a aplicação das regras de mercado a serem utilizadas para determinação dos valores a serem utilizados para comercialização de energia durante o período de racionamento. Os registros deverão ser efetuados quando da divulgação das informações pela ASMAE, conforme cronograma acima mencionado.

Adicionalmente, deve ser considerado que o cronograma do COMAE, de divulgação da energia comercializada no MAE, poderá ser revisado em decorrência de liminar impetrada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS (“ELETROBRÁS”) na 16ª Vara Federal do Distrito Federal, em 31 de outubro de 2001, suspendendo a divulgação requerida. A ELETROBRÁS está questionando a contabilização da energia elétrica excedente da produção da Itaipu Binacional no MAE e a conseqüente contabilização e liquidação do referido excedente em favor das empresas concessionárias distribuidoras.

19. DESVERTICALIZAÇÃO

Atualmente, as operações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica da CEMIG são integradas verticalmente e diretamente operadas pela Companhia. Entretanto, em função dos principais contratos de concessão e de acordo com certas alterações nas regulamentações do setor elétrico brasileiro, a CEMIG pretende implementar um processo de reorganização.

Esta reorganização corresponderia a uma “desverticalização” na qual seriam criadas empresas independentes de geração, transmissão e distribuição, sendo todas subsidiárias integrais da CEMIG. Em função do Governo do Estado de Minas Gerais ser o acionista majoritário, o processo de desverticalização deve ser aprovado previamente pela Assembléia Legislativa do Estado. O Governo do Estado de Minas Gerais enviou um projeto de lei para a Assembléia Legislativa, em 02 de março de 2001, propondo a reorganização da CEMIG. Até a presente data, não ocorreu a votação do projeto pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Devido ao processo de desverticalização não ter sido concluído até o final do ano de 2000, a ANEEL multou a CEMIG em R\$4. A CEMIG solicitou formalmente que a ANEEL conceda um prazo adicional para a implementação da reestruturação societária prevista nos seus contratos de concessão. Em 20 de setembro de 2001 a ANEEL deferiu o pedido da CEMIG, concedendo prazo adicional até o dia 21 de setembro de 2002, para que seja concluído o processo de reorganização societária. Em 31 de outubro de 2001 a ANEEL revogou a multa aplicada.

20. PLANO DE RACIONAMENTO DE ENERGIA

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia, divulgou em 18 de maio de 2001 um plano de racionamento de energia elétrica, em vigor desde 1º de junho de 2001, devido ao baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas das regiões sudeste e nordeste do Brasil. O Plano de Racionamento tem como meta a redução de 20% no consumo de energia elétrica, em relação ao consumo médio ocorrido no período de maio a julho de 2000. A implementação do plano de racionamento mencionado impactou substancialmente o resultado da CEMIG em 2001.

O Governo Federal estabeleceu, para os consumidores residenciais com consumo inferior à meta individual de consumo, bônus financeiros limitados ao valor da conta de energia elétrica. Em contrapartida, foram estabelecidas, para todos os consumidores de energia elétrica, sobretaxas nas tarifas vigentes referente à parcela do consumo que exceder às metas fixadas pela Câmara de Gestão da Crise de Energia.

A ANEEL estabeleceu controles e contas contábeis específicas para o registro das operações decorrentes do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, sendo os efeitos até 30 de setembro de 2001, demonstrados a seguir:

Outros Ativos

- Bônus pago aos consumidores que tiveram consumo inferior a meta estabelecida	49
- Custos de adaptações, excedentes aos 2,00% sobre a sobretaxa cobrada.	9

	58
Exigível a Longo Prazo	
- Sobretaxa nas tarifas em conta de consumidores que excederam a meta de consumo estabelecida	24

Desembolso Líquido	
- Valor líquido dos bônus pagos aos consumidores e custos incorridos, em excesso a sobretaxa nas tarifas	34
	===

O Governo Federal, através do Ministério de Minas e Energia, efetuará o repasse às concessionárias de energia elétrica, após a fiscalização da ANEEL, dos recursos necessários à cobertura do bônus concedido aos consumidores em excesso à sobretaxa nas tarifas, sendo que os prazos e procedimentos para execução dos dispositivos da MP serão ainda estabelecidos pela Câmara de Gestão da Crise de Energia.

21. ACORDO DE ACIONISTAS

Em setembro de 1999, o Governo do Estado de Minas Gerais moveu uma ação pleiteando a anulação do acordo de acionistas firmado entre o Governo do Estado e o grupo de investidores estratégicos liderados pela Southern Electric Participações Ltda. ("Southern") em 1997, relacionada a venda de aproximadamente 33% das ações ordinárias da CEMIG. O acordo de acionistas concedia à Southern o direito de veto sobre certas decisões corporativas importantes. Em 7 de agosto de 2001, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, através da sua 1ª Câmara Civil, sentenciou como nulo o referido acordo de acionistas. Os investidores estratégicos recorreram da referida decisão a instância superiores.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

c) Autuação da Secretaria da Receita Federal

A Secretaria da Receita Federal, em 11 de outubro de 2001, emitiu um auto de infração em função dos créditos fiscais constituídos pela CEMIG em 2001, parcialmente recuperados durante o ano, referente à mudança no método de contabilização do passivo de benefícios pós-emprego conforme as práticas contábeis brasileiras, no montante de R\$205. Não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas com essa autuação, tendo em vista que a CEMIG, amparada na opinião de seus assessores legais, considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para a recuperação dos referidos créditos fiscais. A CEMIG procederá, no prazo legal, a defesa do auto de infração junto à esfera administrativa da Secretaria da Receita Federal e manterá o registro das obrigações com benefícios pós-emprego em conformidade com as práticas contábeis recentemente adotadas no Brasil.

d) Emenda a Constituição Estadual nº 50

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, através da emenda à Constituição nº 50, de 29 de outubro de 2001, alterou a redação do artigo 14 da Constituição do Estado de Minas Gerais, inserindo os parágrafos 15, 16 e 17, conforme transcrição a seguir:

Parágrafo 15 – “Será de três quintos dos membros da Assembléia Legislativa o “quorum” para aprovação de lei que autorizar a cisão de sociedade de economia mista e de empresa pública, a alienação de ações que garantam o controle direto ou indireto dessas entidades pelo Estado ou a alteração em sua estrutura societária”.

Parágrafo 16 – “A lei que autorizar a alienação de ações de empresa concessionária ou permissionária de serviço público estabelecerá a exigência de cumprimento, pelo adquirente, de metas de qualidade de serviço e de atendimento aos objetivos sociais inspiradores da constituição da entidade.”

Parágrafo 17 – “A desestatização de empresa de propriedade do Estado prestadora de serviço público de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica ou de serviço de saneamento básico, autorizada nos termos deste artigo, será submetida a referendo popular.”

23. PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS RECENTES DE U.S.GAAP AINDA NÃO ADOTADOS

Em junho de 2001, o Financial Accounting Standards Board ("FASB") emitiu o pronunciamento "SFAS 143" "Accounting for Asset Retirement Obligations" (Contabilização de obrigações com desativação de ativos). O "SFAS 143" requer que o valor justo das obrigações com a desativação de ativos seja contabilizada no período de sua ocorrência, caso seja possível estimar de forma razoável seu valor justo. O "SFAS 143" requer também que a obrigação decorrente da desativação de ativos seja descontada, sendo a despesa contabilizada, utilizando taxa ajustada de desconto sem risco, no momento em que a obrigação for inicialmente reconhecida. Adicionalmente, as divulgações requeridas pelo "SFAS 143" conterão mais informações a respeito das obrigações com desativação de ativos. O "SFAS 143", é mandatário para demonstrações contábeis para os anos fiscais iniciados após 15 de junho de 2002, sendo encorajada sua adoção antecipada. A Companhia ainda não está apta para determinar os efeitos do "SFAS 143" nas suas demonstrações contábeis.

* * * * *

**DISCUSSÃO E ANÁLISE PELA ADMINISTRAÇÃO DO RESULTADO DAS OPERAÇÕES
PARA O PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2001 EM COMPARAÇÃO
AO PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2000
(em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(tradução livre do original emitido em língua inglesa)

Receitas operacionais

As receitas operacionais, líquidas do imposto sobre valor adicionado - ICMS, aumentaram 4,2%, R\$3.010 milhões de janeiro a setembro de 2001 em comparação a R\$2.890 milhões de janeiro a setembro de 2000 devido principalmente ao crescimento de 6,7% no fornecimento de energia elétrica para consumidores finais, sendo parcialmente compensado por um decréscimo de 55,9% na receita com fornecimento de energia elétrica para o sistema interligado.

O aumento de 6,7% na receita com fornecimento de energia elétrica para consumidores finais, R\$3.487 milhões de janeiro a setembro de 2001 comparativo a R\$ 3.267 milhões de janeiro a setembro de 2000 foi devido as maiores tarifas médias de janeiro a setembro de 2001 comparativo a janeiro a setembro de 2000, parcialmente compensado por uma redução no volume de energia vendida no mesmo período. A tarifa média aumentou 14,4%, R\$132,48/MWh de janeiro a setembro de 2001 em comparação a R\$115,83/MWh de janeiro a setembro de 2000 em função dos reajustes nas tarifas de 11,8% e 16,5% a partir de maio de 2000 e abril de 2001 respectivamente. O volume de energia elétrica vendida para consumidores finais decresceu 3,1% devido principalmente às reduções de 9,8% e 4,3% nas classes residencial e comercial respectivamente, refletindo o plano racionamento de energia elétrica implementado pelo Governo Federal do Brasil no segundo trimestre de 2001.

A receita com fornecimento de energia elétrica para o sistema interligado decresceu 55,9%, R\$56 milhões de janeiro a setembro de 2001 comparativo a R\$127 milhões de janeiro a setembro de 2000, devido aos menores montantes de energia disponível para venda, resultando em um decréscimo de 88,3% no volume de energia elétrica vendida de janeiro a setembro de 2001. A receita decorrente do uso da rede básica de transmissão por outros concessionários aumentou 9,6%, R\$114 milhões de janeiro a setembro de 2001 em comparação a R\$104 milhões de janeiro a setembro de 2000 devido principalmente ao aumento de 13,2% na tarifa a partir de junho de 2000.

Outras receitas operacionais

As outras receitas operacionais aumentaram 11,1%, R\$100 milhões de janeiro a setembro de 2001 comparativo a R\$90 milhões de janeiro a setembro de 2000 em consequência de um aumento de R\$16 milhões na receita proveniente de nossa subsidiária Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG e parcialmente compensado por um decréscimo de R\$10 milhões na receita de serviços relacionados ao nosso negócio de distribuição de energia, em decorrência, principalmente, do cancelamento da cobrança de certas taxas relacionadas a contas de consumidores em atraso. Vide nota 13 das nossas demonstrações contábeis intercalares.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais aumentaram 20,1%, R\$3.072 milhões de janeiro a setembro de 2001 em comparação a R\$2.557 milhões de janeiro a setembro de 2000, decorrente, principalmente, de

um aumento da eletricidade adquirida para revenda, despesa com pessoal e encargos do consumidor. Vide nota 14 das nossas demonstrações contábeis intercalares.

Eletricidade adquirida para revenda consiste principalmente das nossas compras compulsórias de 17,00% da energia gerada por Itaipu, com preços indexados ao dólar, e de outros concessionários através do mercado atacadista de energia. A eletricidade adquirida para revenda aumentou 35,4%, R\$815 milhões de janeiro a setembro de 2001 em comparação a R\$602 milhões de janeiro a setembro de 2000 devido principalmente: (i) um aumento de 8,00% na tarifa em dólar referente a energia comprada de Itaipu a partir de janeiro de 2001; (ii) desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano de janeiro a setembro de 2001; e, (iii) aumento na compra de energia através de contratos iniciais, R\$95 milhões de janeiro a setembro de 2001 em comparação a R\$52 milhões de janeiro a setembro de 2000. Vide nota 14 das nossas demonstrações contábeis intercalares.

Depreciação e amortização aumentou 10,1%, R\$479 milhões de janeiro a setembro de 2001 em comparação a R\$435 milhões de janeiro a setembro de 2000 devido principalmente a entrada em serviço de novas linhas e redes de distribuição e transmissão. Vide nota 9 das nossas demonstrações contábeis intercalares.

Despesa com pessoal aumentou 21,3%, R\$405 milhões de janeiro a setembro de 2001 em comparação a R\$334 milhões de janeiro a setembro de 2000, principalmente devido aos aumentos salariais de 5,4% e 6,2% implementados em julho e novembro de 2000 respectivamente, e a provisão de R\$33 milhões referente ao Programa de Desligamento Voluntário, registrada em março de 2001. Vide nota 11 das nossas demonstrações contábeis intercalares.

Encargos do consumidor aumentaram 13,6%, R\$360 milhões de janeiro a setembro de 2001 em comparação a R\$317 milhões de janeiro a setembro de 2000, refletindo os aumentos nos principais componentes desta rubrica: Quota de Conta de Consumo de Combustível – CCC, Quota de Reserva Global de Reversão - RGR e compensação financeira pela utilização de recursos hídricos. A CCC é uma quota referente uso de óleo combustível cobrada das companhias concessionárias do serviço público de eletricidade para um fundo de reembolso das empresas operadoras de usinas termelétricas, pelo uso e correspondente custo do combustível fóssil, sendo a nossa contribuição proporcional. Adicionalmente, como operador de usina termelétrica, nos recebemos o reembolso pelos nossos custos com óleo combustível gastos naquela usina. A RGR, administrada pela Eletrobrás, é um fundo constituído pelas contribuições das companhias concessionárias do serviço público de eletricidade – 2,5% dos ativos em serviço limitado a 3% do total das receitas operacionais – de forma a reembolsar as companhias concessionárias do serviço público de eletricidade pelos seus investimentos quando as suas concessões expirarem. Vide nota 14 das nossas demonstrações contábeis intercalares.

Despesa pelo uso da rede básica de transmissão aumentou 14,5%, R\$205 milhões de janeiro a setembro de 2001 comparado a R\$179 milhões de janeiro a setembro de 2000 em função basicamente dos reajustes de aproximadamente 14,50% na tarifa em julho de 2000 e 2001.

Os custos de benefícios pós-emprego aumentaram 27,0%, R\$226 milhões de janeiro a setembro de 2001 comparado com R\$178 milhões de janeiro a setembro de 2000, em consequência do aumento no período dos juros incidentes sobre as obrigações atuariais com benefícios pós-emprego.

As outras despesas aumentaram 16,3%, R\$178 milhões de janeiro a setembro de 2001 em comparação a R\$153 milhões de janeiro a setembro de 2000, principalmente como um resultado da constituição de provisão para contingências jurídicas no montante de R\$20 milhões, parcialmente compensada por uma reversão de provisões para contingências trabalhistas de R\$6 milhões no período de janeiro a setembro de 2001 (comparado com uma provisão de R\$4 milhões no período de janeiro a setembro de 2000) e o reconhecimento de perdas com desativação de ativo permanente no montante de

R\$56 milhões, principalmente relacionado a perdas com a usina de Machado Mineiro no montante de R\$ 32 milhões (comparado a R\$37 milhões no período de janeiro a setembro de 2001). Vide nota 14 das nossas demonstrações contábeis intercalares.

Serviços de terceiros aumentaram 22,8%, R\$167 milhões de janeiro a setembro de 2001 comparado a R\$136 milhões de janeiro a setembro de 2000 em função principalmente de gastos com manutenção em nossas linhas de transmissão e distribuição e operação do nosso "call center".

Outros impostos aumentaram 5,4%, R\$137 milhões de janeiro a setembro de 2001 em comparação a R\$130 milhões de janeiro a setembro de 2000, principalmente como um resultado do aumento em nossas receitas operacionais de janeiro a setembro de 2001. Outros impostos referem-se a COFINS, contribuição incidente sobre a receita, com uma alíquota de 3,00%, e PIS-PASEP, imposto incidente sobre a receita, com uma alíquota de 0,65%.

(Prejuízo) lucro operacional

Em função dos fatores anteriormente descritos, o (prejuízo)lucro operacional apresentou um prejuízo de R\$62 milhões de janeiro a setembro de 2001 comparado a um lucro de R\$333 milhões de janeiro a setembro de 2000.

Outras receitas (despesas)

As outras receitas (despesas) são constituídas de: (i) receitas financeiras, incluindo renda de aplicação financeira, acréscimo moratório em contas de energia elétrica, reversão de juros e multas provisionados, juros e variação monetária incidentes sobre o conta a receber do Governo do Estado de Minas Gerais, ganhos monetários, receita com variação cambial e (ii) despesas financeiras, incluindo encargos de dívidas, juros e multas sobre tributos, perdas com variação monetária, perdas com variação cambial e outras despesas.

Outras receitas (despesas) foram despesas de R\$349 milhões de janeiro a setembro de 2001 comparado com despesas de R\$17 milhões de janeiro a setembro de 2000 principalmente devido às perdas com variação cambial de R\$508 milhões decorrentes de 36,6% de desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano de janeiro a setembro de 2001 (em comparação, ocorreu uma desvalorização de 3,1% do real em relação ao dólar norte-americano de janeiro a setembro de 2000; vide notas 10 e 15 das nossas demonstrações contábeis intercalares), parcialmente compensado por: (i) um aumento nos montantes provisionados referentes ao conta a receber do Governo do Estado de Minas Gerais; (ii) R\$12 milhões de aumento na receita com acréscimo moratório em contas de energia elétrica (devido substancialmente a um aumento nos valores recebidos como juros e multa de consumidores industriais); e (iii) um aumento da receita com aplicação financeira em função do maior saldo das disponibilidades no período de janeiro a setembro de 2001 comparado ao período de janeiro a setembro de 2000.

Impostos sobre a renda

Os impostos incidentes sobre a renda foram créditos de R\$168 milhões para um prejuízo anterior aos impostos sobre a renda de R\$411 milhões de janeiro a setembro de 2001 em comparação a despesas de R\$24 milhões para um lucro anterior aos impostos sobre a renda de R\$316 milhões de janeiro a setembro de 2000. Vide nota 5 das nossas demonstrações contábeis intercalares.

(Prejuízo)lucro líquido

Em função dos fatores anteriormente descritos, nós apresentamos um prejuízo líquido de R\$243 milhões no período de janeiro a setembro de 2001, representando perdas de R\$1.53 por mil ações, comparado com um lucro líquido de R\$292 milhões de janeiro a setembro de 2000, representado ganhos de R\$1,84 por mil ações.

Outros componentes do lucro abrangente

Outros componentes do lucro abrangente apresentaram uma receita de R\$15 milhões de janeiro a setembro de 2001 comparado a uma receita de R\$13 milhões de janeiro a setembro de 2000. Esse aumento foi resultado de ganhos não realizados com títulos e valores mobiliários- disponíveis para venda reconhecidos no Patrimônio Líquido.

(Prejuízo)lucro) abrangente

O (prejuízo)lucro abrangente foi um prejuízo de R\$228 milhões de janeiro a setembro de 2001 comparado a R\$305 milhões de lucro de janeiro a setembro de 2000.